



Plano
de Metas

2015

2018

Beto Richa



1. Apresentação

ESTE PLANO DE METAS 2015-2018 DÁ CONTINUIDADE E APERFEIÇO A AQUELE QUE FOI APROVADO PELOS PARANAENSES NAS ELEIÇÕES DE 2010, QUE ABRANGE O PERÍODO 2011-2014, AINDA EM EXECUÇÃO. A EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA NO QUOTIDIANO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO, PERMITIU-NOS AMPLIAR A VISÃO SOBRE AS DEMANDAS DE CADA UM DOS 399 MUNICÍPIOS, SUAS POTENCIALIDADES E SUAS POSSIBILIDADES FUTURAS, FOCADOS NO OBJETIVO MAIOR DE PROPORCIONAR UMA VIDA MAIS DIGNA A TODOS OS PARANAENSES INDISTINTAMENTE.

Antes de aprofundar os debates sobre o que realmente é importante para o Paraná e os paranaenses, faço um registro simbólico, mas de profunda relevância para um governo comprometido com as causas mais elementares da nossa população: nos três primeiros anos de governo, visitei todos – repito: todos! – os 399 municípios, oportunidade única de ver de perto a realidade e ouvir de trabalhadores e empresários, estudantes e professores, donas de casa e pais de família, empregados e desempregados, agricultores e sem-terra, suas verdadeiras e mais prementes necessidades.

Este trabalho é resultado de minuciosa análise social, econômica e ambiental, que vai subsidiar a ação do Governo nos próximos quatro anos e projetar o desenvolvimento do Estado para além do mandato regimental estabelecido pelo processo eleitoral. Porque governar é mais que cumprir o mandato; é construir as bases de um processo contínuo de evolução. Foi o que fizemos até aqui, e faremos a partir de 2015, com ainda mais determinação, conhecimento e eficácia – contando com a colaboração de todos.

Como veremos já na introdução deste documento, o Paraná avançou muito a partir de 2011. São dados e estatísticas elaborados e analisados por organismos da maior credibilidade, o que nos dá a certeza de que, apesar de alguns obstáculos – naturais ou politicamente manipulados – as conquistas são inquestionáveis e fazem parte do acervo coletivo dos paranaenses. As boas práticas de gestão que adotamos desde o primeiro dia de governo foram determinantes para a travessia dos momentos difíceis e nos dão segurança para sustentar que o Paraná está preparado para novos desafios.

Dentre as decisões que colocamos em prática, duas merecem especial destaque: a recuperação da credibilidade política e a restauração da segurança jurídica – que se haviam diluído em personalismos e bravatas incontidas do governo passado. Apenas duas medidas que recolocaram o Paraná no mapa dos investimentos públicos e privados, ainda que o Estado continue submetido a um inaceitável boicote por parte do Governo Federal na liberação de empréstimos importantes para a retomada do nosso desenvolvimento. E não há dúvida: foram e continuam sendo atos de retaliação política.

Mas o Paraná saberá responder com serenidade a esses gestos que ferem as leis, a dignidade e a soberania que a democracia, que tanto lutamos para conquistar, nos devolveu plenamente. São princípios imutáveis, que devem ser respeitados por todos, independente de orientação partidária. Sabemos que a incompetência é barulhenta e mal-humorada, e a eficiência, amigável e sincera. Contudo, lutaremos com energia e determinação até que cessem as violações aos direitos de todos os paranaenses. Porque a retidão de caráter e a justiça ética e moral nos impedem de desistir. Isso jamais.

Beto Richa
Governador

2. Fundamentos do Plano de Metas

Consciência

De todas as palavras, consciência é a que exprime com maior precisão a forma de agir da gestão Beto Richa, por sintetizar vários atributos associados a governos, instituições e homens que exercitam a boa prática política – aquela que jamais se dissocia da honradez, da retidão e da probidade. Por definição, consciência é a acuidade com que se executa qualquer trabalho, o cuidado com que se cumpre um dever; em síntese: é o senso de responsabilidade colocado em prática. É também o conhecimento adquirido, a noção das coisas aparentemente desconexas, mas que podem transmutar-se em ideias para a solução dos problemas comuns à vida quotidiana.

Por ser, do ponto de vista filosófico, a faculdade que permite estabelecer julgamentos morais dos atos praticados, a consciência é a fonte na qual se alimenta a **razão**, aqui entendida como a capacidade de conhecer a realidade. E, como sabemos, para compreender a realidade é necessário raciocínio lógico, inteligência apurada, bom senso na medida certa e uma boa dose de prudência. Tudo para formar um juízo de valor que guarde proporcionalidade com o tamanho do problema e a precisão da solução a ser implementada. É a razão que orienta a tomada de decisões de um governo comprometido com a verdade.

Da razão nasce a **ação**, processo que resulta na criação ou na modificação da realidade, por meio de intervenções planejadas, ou seja, o justo exercício do poder de fazer alguma coisa. É na ação – ou na prática – que os governos se diferem nitidamente – no modo como procedem, na transparência como se comportam e na atitude e na forma como agem. Ação expressa sempre uma atividade e compete a seu executor a escolha do método apropriado para sua efetivação. E há apenas uma opção correta: agir de forma justa.

Esses fundamentos têm por finalidade oferecer aos paranaenses as bases necessárias para uma análise crítica e criteriosa do Paraná de hoje – seus avanços e suas necessidades mais urgentes. O Plano de Metas não é um documento inútil aos bem informados e incompreensível aos menos instruídos, mas um guia a orientar os cidadãos acerca do pensamento do governo e seus projetos para o futuro. Erros e acertos têm o mesmo tratamento criterioso e honesto, de modo a não deixar dúvidas no leitor/eleitor sobre as intenções aqui apresentadas. Temos consciência de que a razão dos paranaenses é aguçada e sabe distinguir o real do imaginário.

Como premissa básica, o Governo Beto Richa trabalha com o conceito de que o **conteúdo se sobrepõe à forma**. O que significa dar igual valor a tudo que faz – das grandes obras às pequenas ações. Pela simples razão de que todas são importantes, e um governo se avalia pelo conjunto da obra, na perspectiva de que o Paraná é a exata soma das suas diferenças.

ASSIM, O PLANO DE METAS 2015-2018 ESTÁ ESTRUTURADO A PARTIR DE RESPOSTAS OBJETIVAS A TRÊS QUESTÕES BÁSICAS:

1. O que foi feito

TUDO O QUE FOI BEM EXECUTADO E QUE DEVE SER MANTIDO NO SEGUNDO MANDATO, COMO PRINCÍPIO ELEMENTAR DE CONTINUIDADE E PERENIDADE, CARACTERÍSTICAS COMUNS AOS BONS GOVERNOS:

- a.** Programas e projetos de destaque e que são pontos fortes da administração – aqueles que deram impulsos positivos ao Estado e que são reconhecidos – e identificados – pela população como elementos indispensáveis ao desenvolvimento harmônico de todo o Estado. Áreas fortes e sensíveis – como saúde, educação, infraestrutura, agricultura, habitação, segurança, atração de indústrias, geração de empregos – continuam como prioridades a serem reforçadas.
- b.** O dia a dia que melhorou a vida das pessoas – ações administrativas de descentralização, desburocratização, atendimento a demandas represadas, melhoria nos serviços, prestação nas respostas e respeito a princípios éticos e morais – permanecem como metas a serem quotidianamente superadas.

- C.** O começo de uma nova jornada – projetos iniciados, mas que produzirão reflexos apenas no futuro. São os que diferenciam um governo com visão de longo prazo de uma gestão ancorada na superação do déficit acumulado.

2. O que está sendo feito

PROJETOS E PROGRAMAS INICIADOS E CUJA EXECUÇÃO CONTINUA E SE ESTENDERÁ PARA ALÉM DO ATUAL MANDATO. E QUE DEVEM CONTINUAR, SOB PENA DE PREJUDICAR O FUTURO DO PARANÁ:

- a.** Projetos retardados por mudanças de prioridades – por imposições financeiras, climáticas, técnicas, humanas. Admitem-se dificuldades quando comunicadas e justificadas. Sendo as premissas forem verdadeiras, os argumentos serão sempre válidos – e aceitos.
- b.** Projetos substituídos – aqueles projetos que, após análises mais aprofundadas, foram considerados pouco viáveis ou de resultados pouco expressivos e foram substituídos por outros.
- C.** Projetos atrasados pela retenção de empréstimos – aqueles que estão sendo iniciados somente agora, após anos de luta pela liberação de empréstimos – nacionais e internacionais – retidos pela burocracia federal ou por deliberada retaliação política.

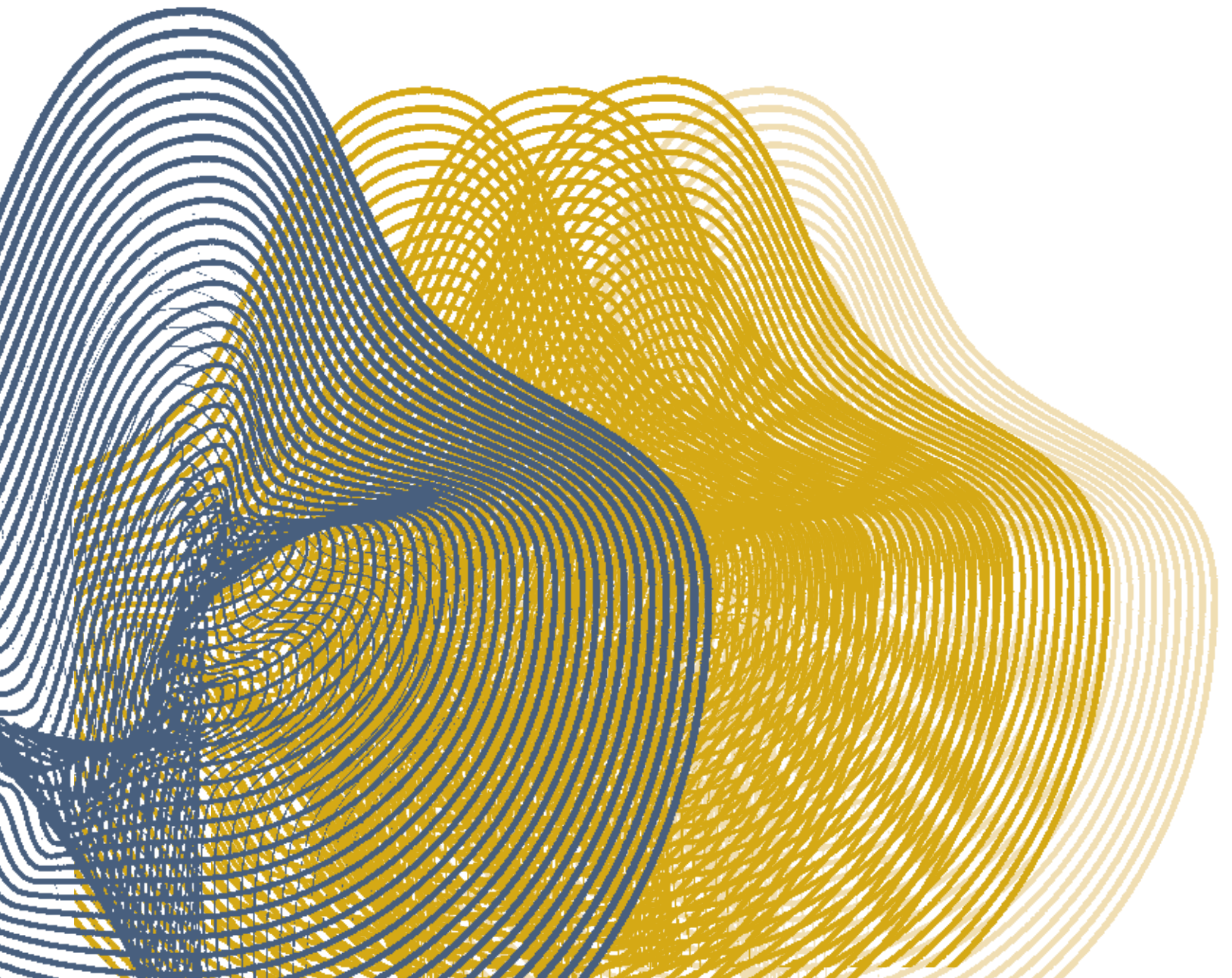
3. O que será feito

OS NOVOS PROJETOS, SURGIDOS DA EXPERIÊNCIA ACUMULADA AO LONGO DA GESTÃO, AS DEMANDAS PROPOSTAS PELA POPULAÇÃO, A NOVA REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL DO PARANÁ, DO BRASIL E DO MUNDO.

- a.** Novo patamar de qualidade nos serviços públicos – as novas exigências impostas pela multiplicação de meios de comunicação: a era digital e as redes sociais, os novos consumidores e suas demandas em tempo real; o fortalecimento da democracia direta; o atendimento de qualidade ao cidadão.

- b.** Novo patamar na infraestrutura – o Paraná dos próximos 50 anos e o que ele precisa para ser um bom lugar para investir, viver e trabalhar.

- c.** Novo patamar de desenvolvimento – humano, econômico e ambiental.
O Paraná tem potencial para atingir um novo estágio na escala permanente de evolução e proporcionar vida de mais qualidade aos paranaenses.



3. Competências do Estado

PARA ATINGIR SATISFATORIAMENTE AS METAS PROPOSTAS NESTE PLANO, O ESTADO ATUARÁ EM TRÊS FRENTES PRIORITÁRIAS E DISTINTAS, MAS NÃO EXCLUDENTES, QUE CONSTITUEM A ESSÊNCIA DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, A SABER:

1. Estado Formulador | Regulador

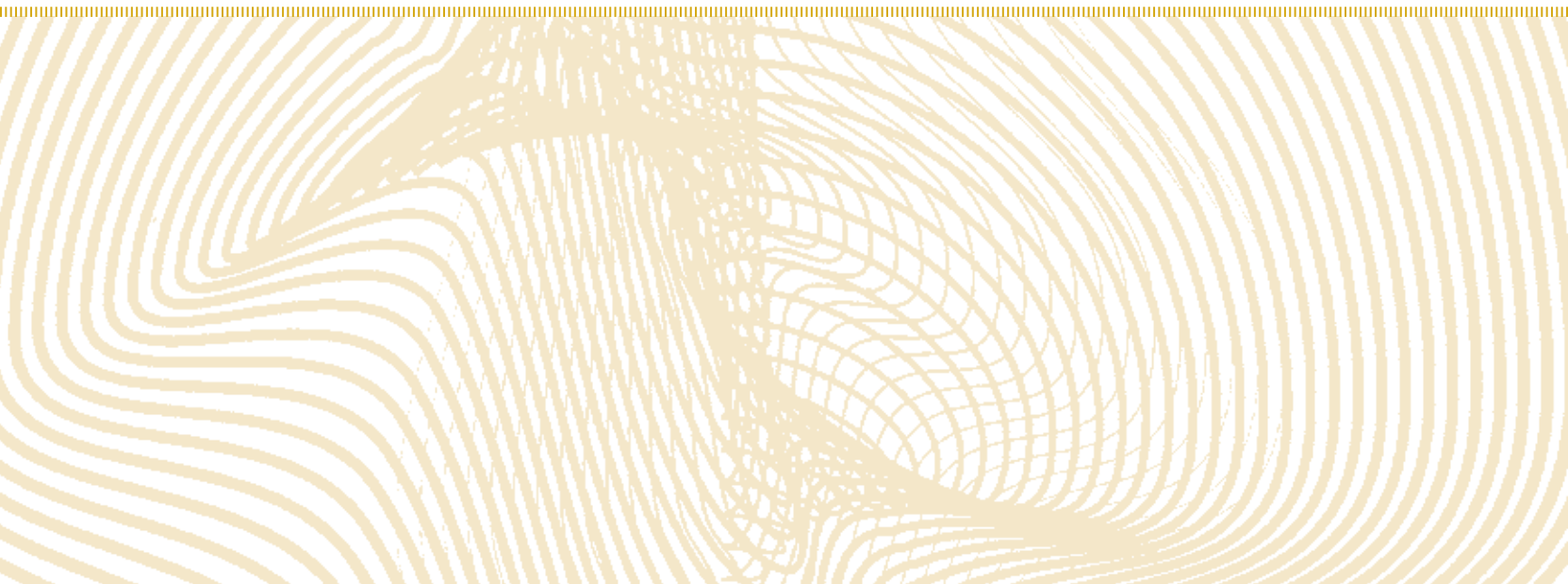
É competência constitucional do Estado formular as políticas de desenvolvimento, e garantir que sejam implementadas de acordo com os princípios indissociáveis de oportunidade, moralidade e legalidade. E deve executar tal atribuição levando em conta as demandas e as prioridades apontadas pela população durante os debates da campanha eleitoral, inicialmente; e nas audiências públicas para elaboração dos orçamentos, durante o período de gestão. O Estado existe para por em marcha o que os cidadãos decidem, expressamente, por meio do voto e da vontade da maioria.

É do Estado também a responsabilidade de regular a oferta de bens e serviços que, tendo caráter público, são fornecidos por instituições não governamentais e empresas – públicas ou privadas. A regulação é instrumento inerente à gestão pública, porque não é dada ao Estado opção de escolha senão aquela que o obriga a atender a todos, indistintamente e regularmente. O papel regulador deve ser exercido na própria formulação de planos e projetos de desenvolvimento, tendo sempre como meta a eliminação das desigualdades regionais ou locais. O Estado deve ser bom por inteiro e para todos.

2. Estado Financiador | Fomentador

Elaboradas as políticas de desenvolvimento, o Estado deve viabilizar os recursos para sua plena implementação. Para isso, dispõe de ferramentas diversas: recursos do Tesouro, que se aplicam via execução orçamentária; instituições de crédito, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, repasses da União para programas/projetos específicos, e organismos dedicados a promover melhorias de áreas deprimidas, com recursos a fundo perdido – ou seja, sem que o Estado tenha de pagar depois. Todas essas possibilidades são complementares e devem ser consideradas na elaboração dos orçamentos – estes confrontados com a demanda apresentada.

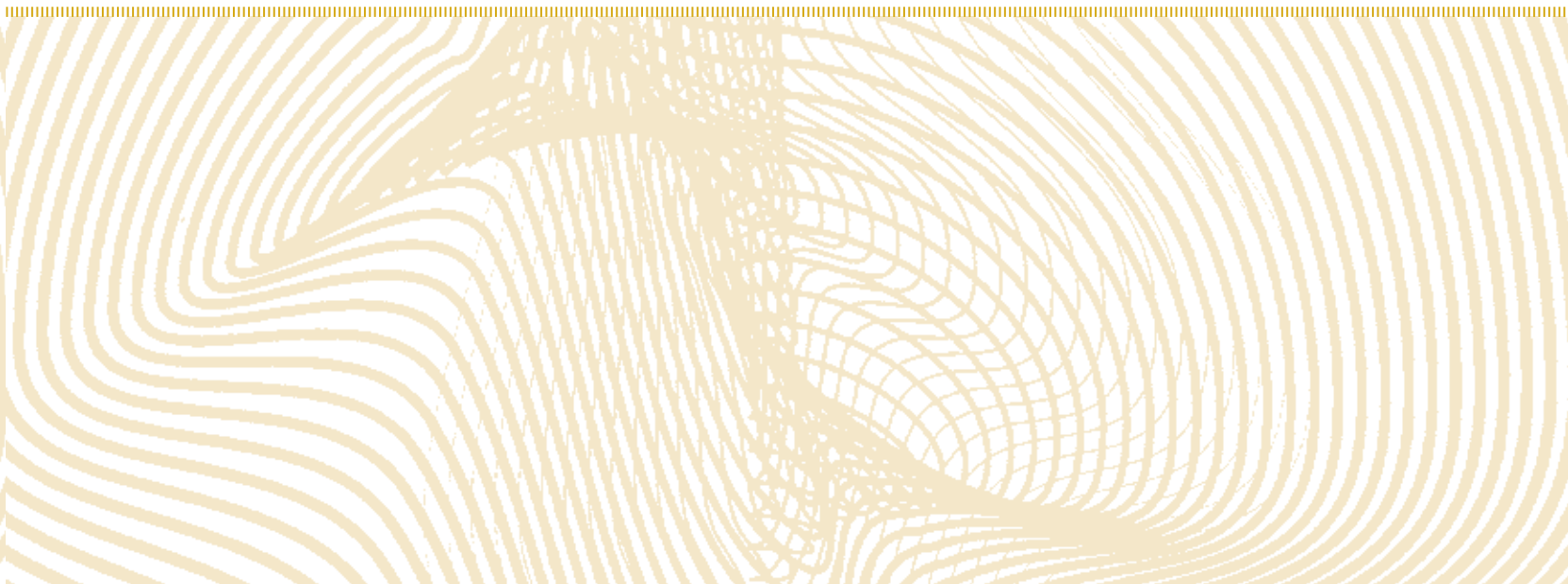
Noutra linha, o Estado tem de agir como indutor do crescimento econômico e das melhorias sociais pretendidos. O que se dá por diversas vias: especificidades locais, linhas de crédito com juros justos, incentivos fiscais legalmente instituídos, exonerações tributárias, pesquisas científicas disponíveis em laboratórios e universidades públicos e, acima de tudo, vontade e determinação políticas. As agências de Fomento e Desenvolvimento são exemplos de meios que o Estado dispõe para promover o desenvolvimento interno. E funcionam como diferencial no suporte necessário aos novos investimentos e na expansão dos já existentes. O Paraná não discrimina, inclui. Aqui, pequenos, médios ou grandes negócios têm apoio público para investir e crescer.



3. Estado Executor | Fiscalizador

Sendo o Estado provedor de bens e serviços públicos, deve cumprir a contento sua missão precípua: com qualidade, rapidez e a preços justos. É falso o sentimento de que tudo o que o estado faz é ruim, demorado e caro. Na contramão dessa percepção, o Paraná é exemplo em muitos campos de atuação, dentre os quais se destacam justamente os três que constituem a essência da ação pública: saúde, educação e segurança pública. Três áreas nas quais o Estado é o principal executor das respectivas políticas. Os indicadores que medem o grau de desempenho dessas áreas têm revelado que o Paraná vem, a partir de 2011, revertendo as curvas negativas de desempenho e conquistando melhorias significativas. Há muito a ser feito ainda, mas a estratégia adotada pelo governo sugere que estamos no caminho certo.

Nas áreas em que há delegação à iniciativa privada para a produção de bens e prestação de serviços, o Estado participa diretamente como fiscalizador – e mesmo como interventor, se necessário – para garantir que os contratos sejam cumpridos de acordo com as premissas estabelecidas entre as partes contratantes. Com vigilância constante, o Paraná tem melhorado a qualidade do que entrega à população, o que tem elevado os índices de satisfação. Fiscalizar com rigor e de forma perene é garantia de que o Estado preserva os direitos individuais e coletivos, e que a aplicação dos recursos públicos se dá de forma transparente e justa.



4. Competências do Governo

PARA CUMPRIR AS COMPETÊNCIAS DO ESTADO, O GOVERNO DO PARANÁ SE COMPROMETE A EXECUTAR PROGRAMAS E PROJETOS, AGRUPADOS EM TRÊS PILARES, QUE CONSTITUEM A ESTRATÉGIA CENTRAL DE DESENVOLVIMENTO, AO MESMO TEMPO EM QUE PERMITEM ENFRENTAR PROBLEMAS LOCAIS, REGIONAIS OU ESTADUAIS, DE FORMA A ELIMINAR EVENTUAIS DISPARIDADES E PROMOVER O EQUILÍBRIO E A IGUALDADE. COM ISSO, O GOVERNO PODERÁ RECORRER A POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA UMA REGIÃO, RESPEITADAS AS ESPECIFICIDADES LOCAIS, PORÉM ALINHADAS COM O CONCEITO GERAL DE DESENVOLVIMENTO PARA AQUELE SEGMENTO.

SÃO OS SEGUINTE OS PILARES DE DESENVOLVIMENTO:

1. Desenvolvimento humano

A rigor, desenvolvimento humano compreende todas as demais formas de desenvolvimento, mas para melhor compreensão este Plano de Metas distribuirá as ações de governo em três delas. O conceito de **Desenvolvimento humano**, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é aquele que situa as pessoas no centro do processo de desenvolvimento, trata da promoção do seu potencial, do aumento de suas possibilidades e garante a liberdade de viver a vida que elas valorizam. Em outras palavras: é colocar as pessoas em primeiro lugar nas ações – públicas ou privadas – que afetam diretamente suas vidas.

Desenvolvimento humano não é um conceito novo, tem origem no pensamento clássico e, em particular, nas ideias de Aristóteles (384-322 a.C.), que acreditava que alcançar a plenitude das capacidades humanas é sentido e fim de todo

desenvolvimento. Mas é no mundo contemporâneo que o conceito assume papel predominante nos debates sobre processos de desenvolvimento. Embora tenha surgido paralelamente à noção de desenvolvimento econômico, tornou-se mais importante que este por agregar valores como qualidade de vida, bem-estar individual e social e, mais recentemente, felicidade. Por isso pensadores do assunto e até governos adotaram a escala chamada FIB (Felicidade Interna Bruta) – no lugar de PIB (Produto Interno Bruto) – para classificar o grau de desenvolvimento das nações.

Em síntese, desenvolvimento humano é o processo pelo qual uma sociedade melhora a vida dos seus cidadãos por meio da oferta de bens e serviços capazes de satisfazer suas necessidades básicas e complementares. O que compreende desde infraestrutura – rodovias, portos, aeroportos, transporte público, abastecimento de água e energia elétrica – até ações sociais primárias – cestas básicas, leite, moradia. E, claro, os serviços essenciais: educação, saúde e segurança pública.

2. Desenvolvimento econômico

Desenvolvimento econômico consiste em um processo de enriquecimento de cidades, estados e países, assim como de seus habitantes, por meio da acumulação de ativos individuais ou públicos, e também de um crescimento da produção e da remuneração recebida pelos que participam da atividade econômica. Em síntese, é o meio pelo qual a renda real de uma economia aumenta durante um longo período de tempo – que ocorre quando o ritmo de desenvolvimento é superior ao da população. Ou quando há déficits a serem recuperados para que todos tenham iguais condições de vida. Os dados citados no diagnóstico a seguir revelam que o Paraná tem crescido acima da média brasileira em muitos indicadores – o que sugere substancial melhoria da vida vivida pelos paranaenses de todas as regiões.

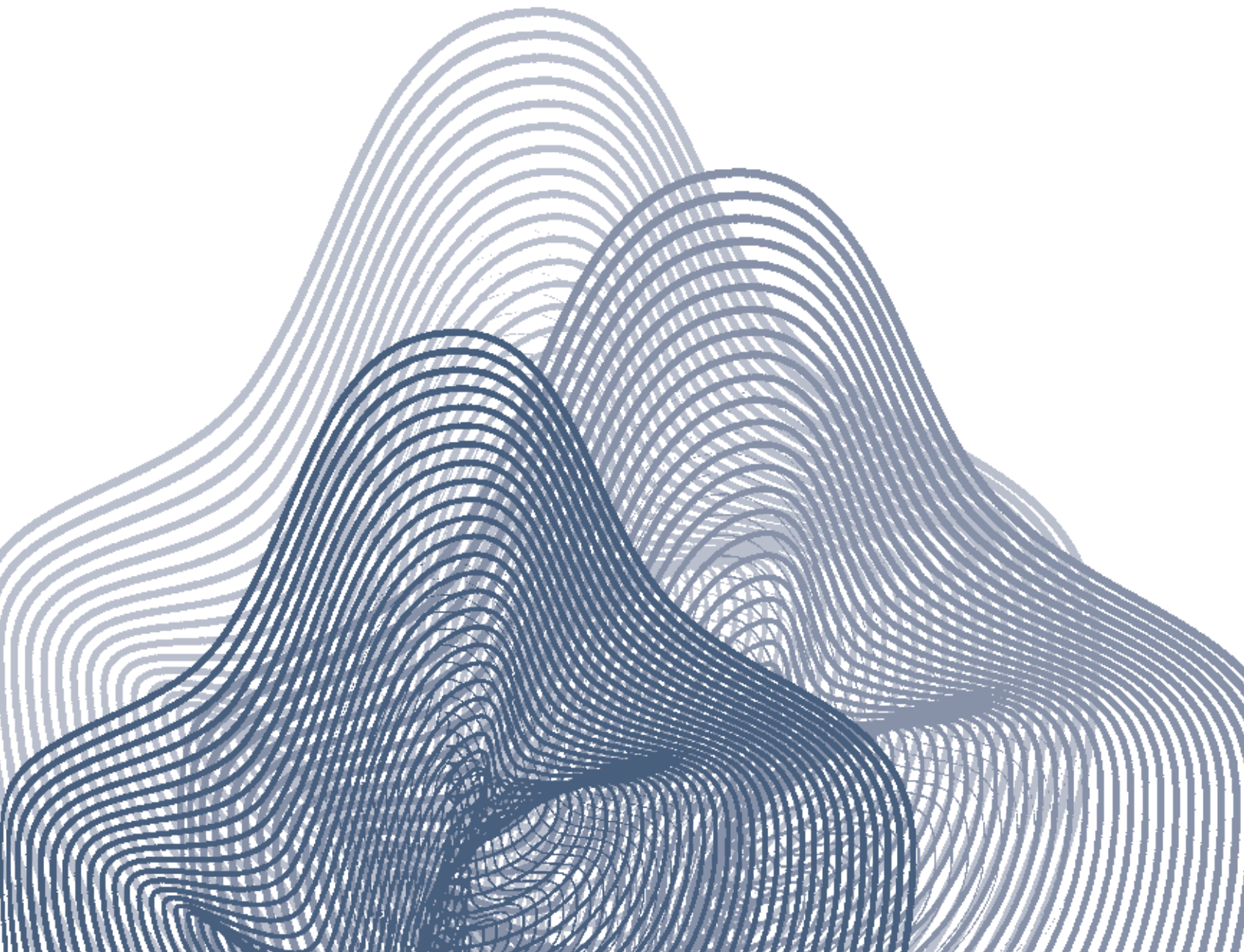
Todo desenvolvimento econômico pressupõe ajustes institucionais, fiscais e jurídicos; incentivos para inovações, empreendedorismo e investimentos; e a elaboração de um sistema eficiente de produção, circulação e distribuição de bens e serviços à população. Diversas crises econômicas – dentre as quais se destacam a de 1929 (grande depressão), a da década de 1970 (do petróleo) e, mais recentemente, a de 2007-2008 (grande recessão) – redefiniram o papel do Estado na economia em todo o mundo. O Governo do Paraná, em sintonia com a realidade global, iniciou em 2011 um audacioso programa de retomada de investimentos – público e privados – para recolocar o Estado como área segura para os negócios e com potencial para ampliar o padrão de vida oferecido aos paranaenses, e brasileiros e estrangeiros que aqui vivem.

3. Desenvolvimento Ambiental

Desenvolvimento Ambiental é um conceito sistêmico de desenvolvimento e consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável – ou seja, a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para outras espécies. Para isso, deve-se levar em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e a sua função como fonte de energias renováveis. A ONU estabeleceu – sétimo item dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – quatro objetivos para garantir a sustentabilidade ambiental:

1. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.
2. Reduzir de forma significativa a perda da biodiversidade.
3. Reduzir à metade a proporção de população sem acesso a água potável e saneamento básico.
4. Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa em pelo menos 100 milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza.

Empenhado em atingir estes objetivos, localmente, o Governo do Paraná tem trabalhado integrando as diversas formas de desenvolvimento, de modo a obter resultados que espelhem o real compromisso de promover as pessoas em todas as suas possibilidades. Com isso, o Estado vem comprovando que é possível promover desenvolvimento com preservação ambiental, com respeito aos direitos individuais e coletivos, em justa parceria com o capital privado e em sintonia com as demandas da nossa gente.



5. Competências da Gestão

A GESTÃO DO ESTADO SE DÁ POR MEIO DE DIFERENTES INSTÂNCIAS DE PODER, AGRUPADAS HIERARQUICAMENTE PELO PRINCÍPIO DA CORRESPONSABILIDADE. É A FORMA COMO O GOVERNO SE ESTRUTURA PARA DAR CONTA DE SUAS MÚLTIPLAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE INTERESSE PÚBLICO. TAL ESTRUTURA DEVE ESTAR EM SINTONIA COM A REALIDADE DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, RAZÃO PELA QUAL DEVE PERIODICAMENTE SER APERFEIÇOADA. ASSIM, SURTEM NOVAS ESTRUTURAS E DESAPARECEM OUTRAS. É O QUE SE CHAMA DE MODERNIZAÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA – QUE, NO SEU CONJUNTO, FORMA O GOVERNO.

BASICAMENTE, SÃO TRÊS AS INSTÂNCIAS DE PODER DO PARANÁ:

Administração Direta que compreende as Secretarias e Órgãos.

À administração direta estão reservadas as atribuições exclusivas do Estado, previstas nas Constituições Federal e Estadual e em leis específicas. E a elaboração das políticas públicas para todas as áreas de atuação da administração.

Administração Indireta que é composta por Entidades e Órgãos. São as instituições que têm caráter público ou que tenham a participação do Estado como acionista.

A administração indireta pode ser constituída de:

Autarquias

Fundações

Empresas Públicas

Sociedades de Economia Mista

Representações do Estado

Serviços Sociais Autônomos

Conselhos que são compostos por representantes do governo e da sociedade – ou suas entidades de representação – e têm o importante papel de contribuir para o bom funcionamento da administração pública. **Os conselhos podem ter caráter:**

Consultivo

Deliberativo

De orientação

De fiscalização

Toda essa estrutura exige enorme aparato para poder funcionar plena e satisfatoriamente. Prédios, equipamentos, máquinas, laboratórios, automóveis, tecnologia da informação, material de expediente são alguns dos itens que compõem a extensa lista de bens necessários ao funcionamento da administração pública. Para operar essa engrenagem são necessários milhares de profissionais – capacitados, motivados e bem remunerados. Esse conjunto – a máquina administrativa – consome parcela substancial do orçamento, constituído pelos impostos pagos por todos os contribuintes, para, como contrapartida fornecer bens e serviços a todos os cidadãos.

UMA GESTÃO EFICIENTE DEVE BUSCAR, COM PERSISTÊNCIA E MÉTODO, ALCANÇAR DUAS METAS ESSENCIAIS:

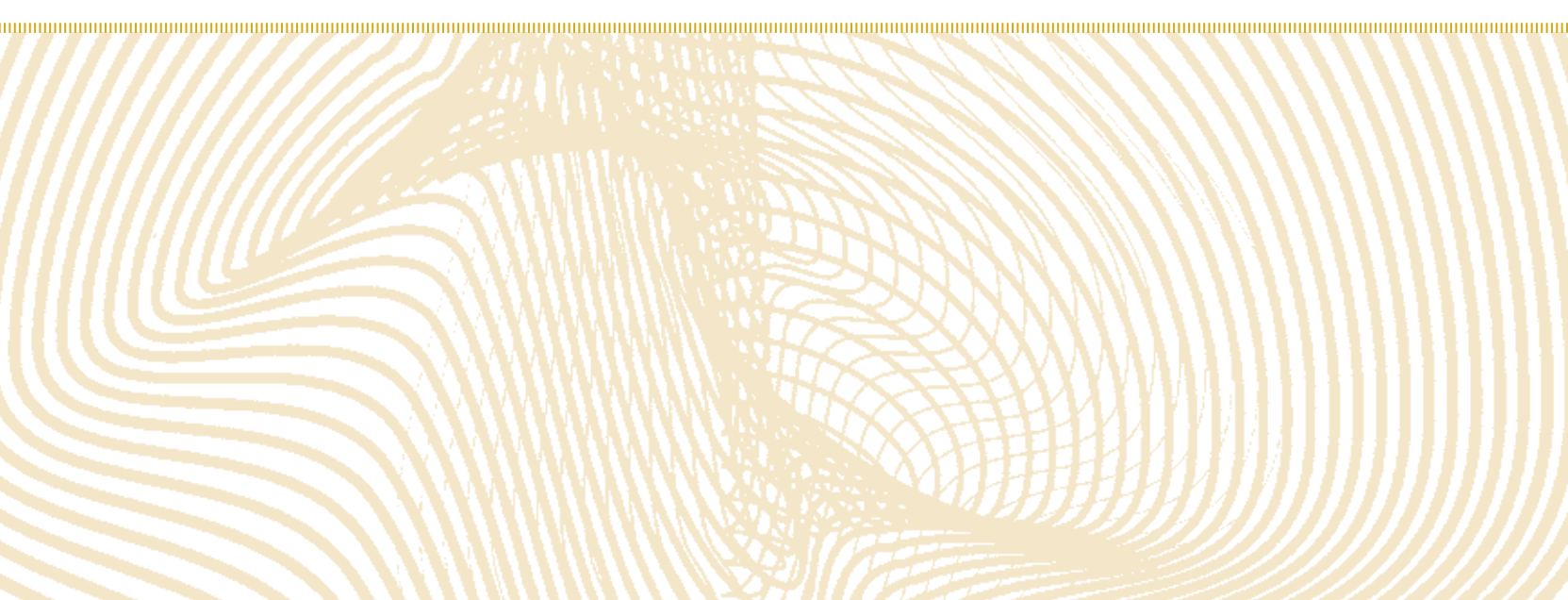
Qualidade tudo o que o governo faz deve ser bem feito, custar o justo e ser entregue no menor prazo possível. Não se admitem mais governos ineficientes, perdulários e lentos.

Coesão todas as instâncias de poder devem trabalhar visando o mesmo objetivo, regidas pelos mesmos princípios éticos e comprometidas com as metas de qualidade mínima exigida.

Quanto menos instâncias hierárquicas existirem, mais ágil será a máquina administrativa. E mesmo dentro de uma instância hierárquica específica, quanto menor a distância entre o mais alto e o mais baixo níveis funcionais, melhor será o desempenho. Com a profusão de novas ferramentas, que têm na internet sua base comum, mais a gestão pública se obriga a rever seus métodos de trabalho, que ainda, em muitos, casos, conservam o modelo do século passado – ineficiente, burocrático e caro.

Desde já, conhecida a realidade, Beto Richa propõe uma ampla reforma da estrutura administrativa do governo, que adote mecanismos de governança pública sintonizados com a realidade atual. O que implica em redução de custos em atividades não prioritárias e aumento de investimentos naquelas em que a demanda é maior. Uma máquina mais moderna, eficiente e menos dispendiosa dará ao Paraná as condições propícias a atingir novo patamar de desenvolvimento.

A gestão Beto Richa passa a adotar o conceito de Desenvolvimento Sustentável em todas as suas ações. Após mais de três anos de intensa preparação, a máquina administrativa do governo está preparada para o processo de reciclar, reutilizar e reduzir o consumo de bens e promover considerável economia de recursos, que se traduzirão em novos investimentos e melhoria nos serviços prestados. O conceito de Desenvolvimento Sustentável passa a ser parte essencial do Plano de Metas, pois trata-se não mais de uma ideia a ser posta em prática, mas de uma prática que deve ser assimilada por todos.



6. Análise Comparativa

O Paraná atravessa um estágio bastante privilegiado de transformação de seu perfil social, econômico e ambiental, com reduzido paralelo no País, que encontra precedentes na história regional apenas na revolução infraestrutural promovida na década de 1960, na modernização agrícola e industrial e na implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), nos anos 1970, e no ciclo de diversificação da economia, liderado pela instalação de um vigoroso parque automotivo, entre 1995 e 2002.

Este avanço ocorreu a partir do princípio de 2011, e é marcada pela preparação e ampliação de um arranjo institucional negociado entre o setor público e os demais atores sociais atuantes no Estado, o que criou desde logo condições institucionais na direção da restauração de uma atmosfera favorável à multiplicação dos negócios em nosso território. Ação mais que urgente, pois a segurança jurídica mínima na viabilização de contratos esteve sempre – e assumidamente – ausente entre 2003 e 2010, período em que o governo da época negligenciou a importância da presença privada em muitos campos da atividade econômica.

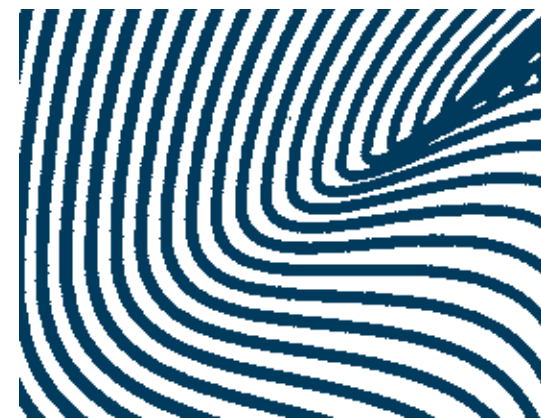
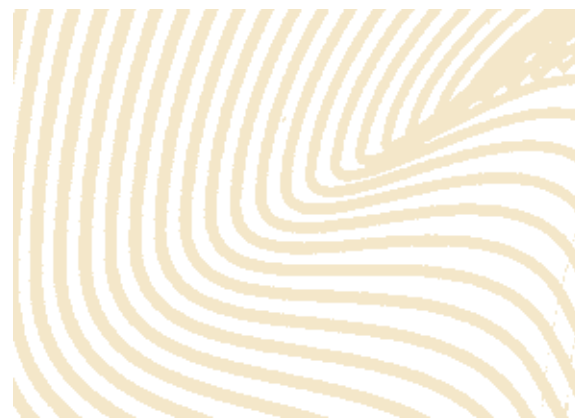
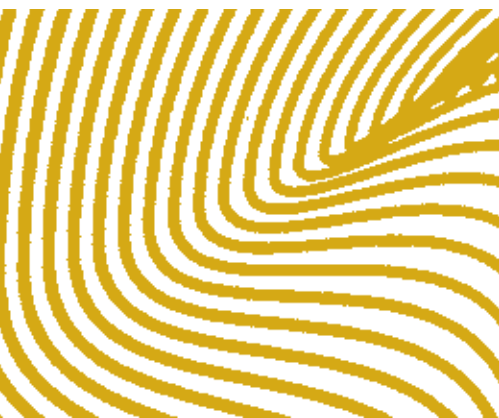
Esse complexo, mas persistente, trabalho de reorganização institucional é o responsável direto – interessante sublinhar – pela maturação do portfólio de mais de R\$ 30 bilhões, em projetos privados, nacionais e multinacionais, garimpados pelo Programa Paraná Competitivo, desde fevereiro de 2011, contra um insuficiente saldo de pouco mais de R\$ 16 bilhões de recursos produtivos para o Estado entre 2003 e 2010. Trata-se também da maior carteira do País quando confrontado o tamanho da economia paranaense com a dos demais estados brasileiros.

O triênio 2011 | 2013

A cesta de dados e informações econômicas relativas ao triênio 2011-2013 expõe maior qualidade e consistência do que a edificada nos oito anos anteriores, caracterizados por uma espécie de represamento da demanda por investimentos – produto no mínimo de falta de visão estratégica em promover o desenvolvimento equilibrado do território paranaense.

Por isso, o Estado tem registrado, a partir de 2011, destacados resultados socioeconômicos que derivam da opção governamental pelo desenvolvimento não excludente, beneficiando todos os segmentos da sociedade. Com abertura para o diálogo e implementação de políticas públicas inovadoras e eficientes, ficou demonstrado que é possível promover, concomitantemente, o desenvolvimento econômico, a redução das desigualdades sociais e regionais, a cidadania e o bem-estar da população, em um contexto de preservação ambiental.

Os indicadores econômicos do Paraná, levantados predominantemente para o intervalo de tempo compreendido entre 2011 e 2013, confirmam o caráter essencialmente dinâmico da estrutura produtiva paranaense, desviado da pífia *performance* do período anterior (2003-2010) e da nacional. O que pode ser traduzido como um acerto da política adotada, caracterizada essencialmente pela correção da rota que orientava o Estado para um patamar de estagnação e de depressão num horizonte bastante curto.



O maior crescimento do PIB do Brasil

Mesmo diante da conjuntura internacional desanimadora e das respostas equivocadas da política econômica do governo central, o Paraná, em três anos, apresentou avanços econômicos significativos, ressaltando-se o crescimento médio anual de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB), ante acréscimo de apenas 2,0% ao ano para o País, entre 2011 e 2013 (**gráfico 1**), revertendo a trajetória dominante de 2003 a 2010, quando o Estado cresceu menos que o Brasil.

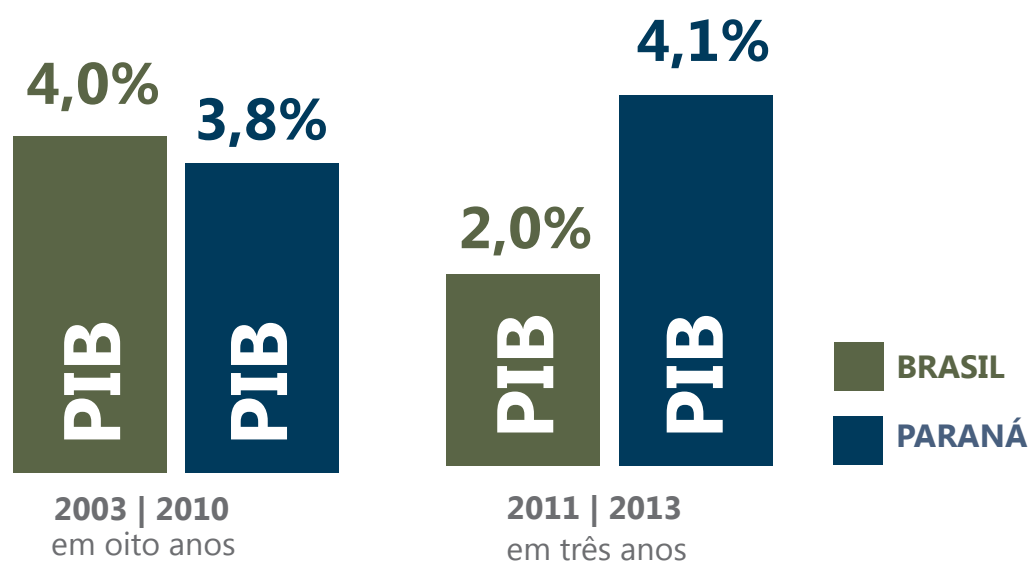


gráfico 1 variação real do produto interno bruto | PARANÁ E BRASIL 2003 2013

Fontes: IBGE | IPARDES Nota: Estimativas | Média geométrica anual para o período 2003-2010 e 2011-2013

Produção industrial acelera

O diferencial positivo no ritmo de variação da base de produção e transações do Paraná é reproduzido, de forma detalhada, pelos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na avaliação do setor secundário, a produção industrial do Estado avançou a uma taxa de 2,7% a.a., no triênio 2011-2013, o melhor resultado entre os estados da região sul e sudeste, contra acréscimo de 0,1% a.a. da produção da indústria nacional no mesmo período **(gráfico 2)**.

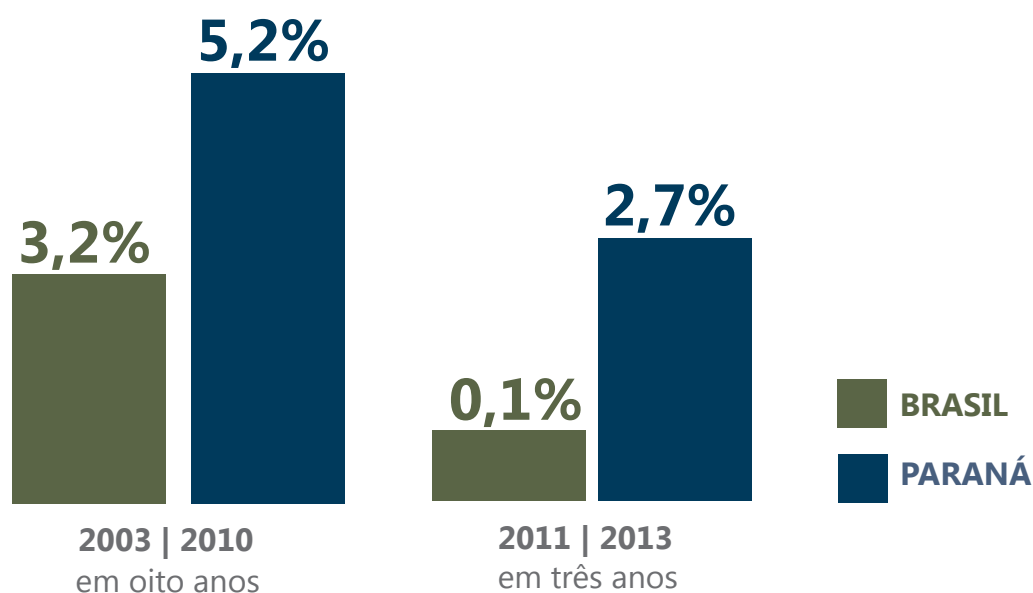


gráfico 2 variação da produção física industrial | PARANÁ BRASIL | 2003 - 2013

Fontes: IBGE Nota: Índice acumulado (base: igual período do ano anterior = 100)

Mercado de trabalho ampliado

A curva de produção física industrial no Paraná está em sintonia com as estatísticas do mercado de trabalho, que também têm revelado uma situação bastante favorável, refletindo a expectativa positiva dos agentes privados estabelecidos no Estado. Segundo o IBGE, o contingente de trabalhadores no setor fabril paranaense avançou 2,6% a.a. no último triênio, enquanto os postos de trabalho mantidos pelo setor manufatureiro brasileiro declinaram para -0,5% a.a. **(gráfico 3)**.

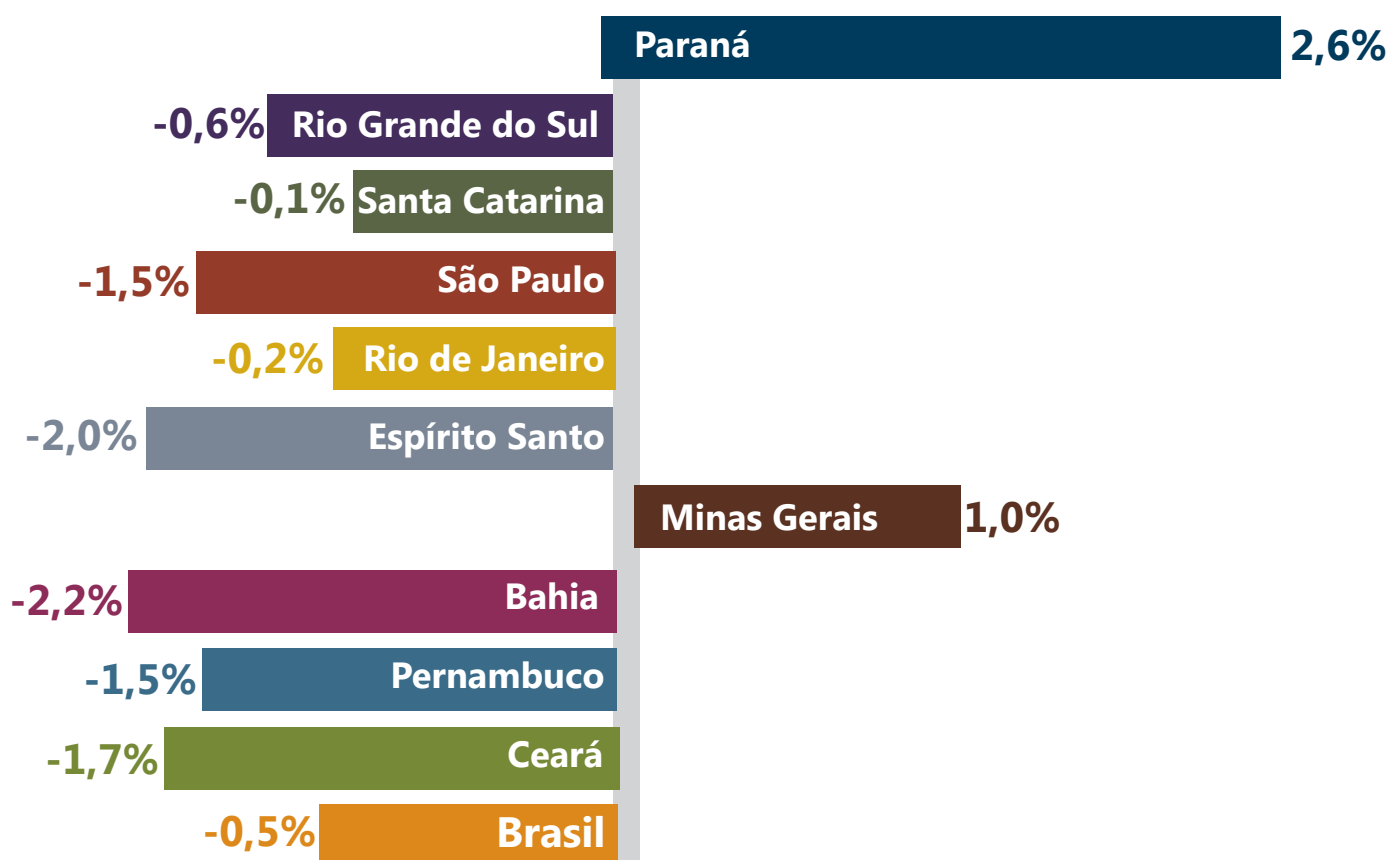


gráfico 3 variação do pessoal ocupado da indústria | BRASIL e UF 2011 2013

Fontes: IBGE Pesquisa Industrial Mensal | Emprego e Salário

Agricultura 1º lugar no ranking nacional

Além da indústria, o Paraná vem contabilizando números positivos no setor agrícola, ainda sua principal fonte de geração de riquezas. Apesar das adversidades climáticas, o Estado se manteve na primeira colocação no ranking nacional da produção de feijão nas três últimas safras, permanecendo ainda como o segundo maior produtor de milho e soja. Na média trienal 2011-2013, a colheita de grãos no Estado suplantou a marca de 34 milhões de toneladas, o que corresponde a uma marca de 19% da produção nacional (**gráfico 4**).

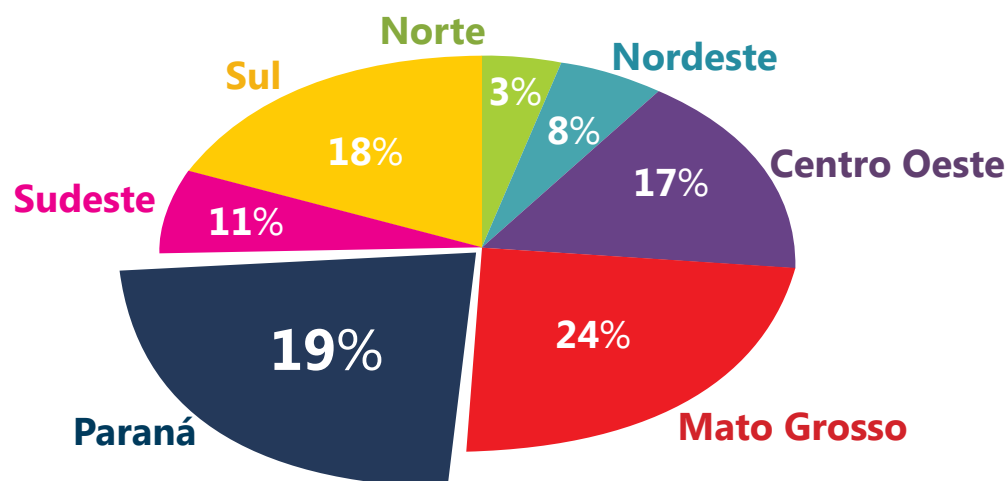


gráfico 4 participação na produção total de grão | UF 2011-2013

Fontes: CONAB NOTA | Média trienal REGIÃO SUL exclusive Paraná, Região Centro-Oeste, exclui Mato Grosso

Fortalecimento da agricultura familiar

Mesmo diante dos pronunciados volumes da produção primária, a atual gestão do estado implementou programas rurais de grande impacto socioeconômico, como o Prorural, destinado a promover a agricultura familiar paranaense pela via do fortalecimento das estruturas de assistência técnica e extensão rural, da regularização fundiária e do suporte a projetos de negócios, entre outras ações. O referido programa expressa o compromisso do governo estadual com os pequenos produtores, que são importantes agentes do desenvolvimento regional.

Maior volume de vendas no comércio varejista

Já no que se refere ao setor de serviços, mais precisamente ao comércio varejista, vem sendo registrada elevação significativa do volume de vendas, assim como das receitas nominais. Entre 2011 e 2013, o crescimento médio anual das vendas do comércio varejista foi de 8,1%, acima da expansão nacional de 6,1% e superando as variações anotadas pelos demais Estados do Sul e do Sudeste, entre 2011 e 2013 (**gráfico 5**).

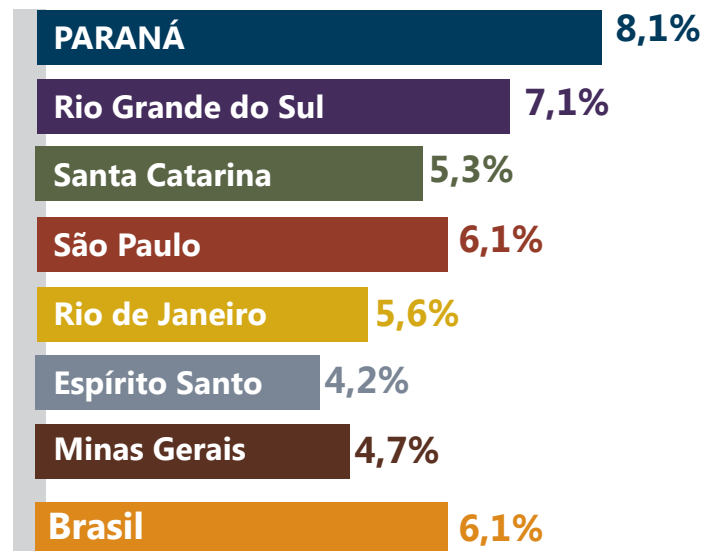


gráfico 5 variação média anual do volume de vendas do comércio varejista | BRASIL, SUL e SUDESTE | 2011 2013

Fonte: IBGE | Pesquisa Mensal de Comércio

Na área financeira, apurações feitas pela Revista Amanhã e pela consultoria PwC, mostram que as organizações operantes no Paraná encabeçaram, em 2013, a classificação das 500 maiores da Região Sul, quando considerada a variável conhecida como valor ponderado de grandeza (VPG), que sintetiza os parâmetros contábeis ligados ao patrimônio, faturamento e lucro, assumindo importâncias relativas de 50%, 40% e 10%, respectivamente. Dados que confirmam a confiança do setor produtivo em instalar unidades fabris em território paranaense, gerando empregos, riqueza e renda.

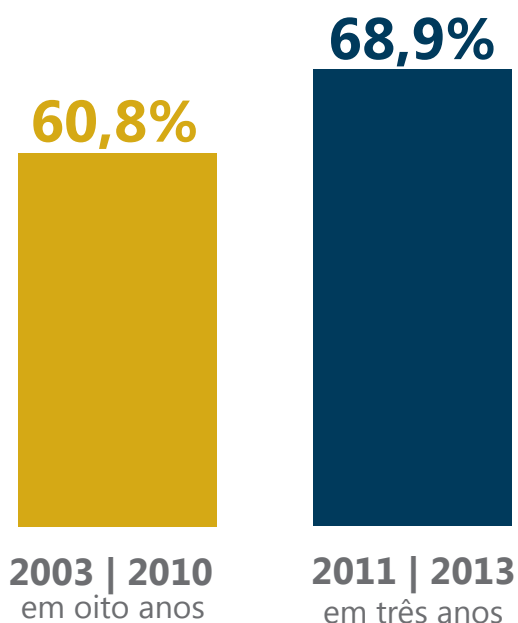
Maior geração de empregos no interior

Para demonstrar que todo esse dinamismo econômico vem acompanhado da redução das desigualdades regionais, um dos compromissos que constam no Plano de Metas do Governo apresentado à sociedade em 2010, a geração de empregos tem se concentrado no interior.

Tal constatação pode ser comprovada nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que registrou um saldo positivo de 303.259 empregos formais no Paraná entre 2011 e 2013, com 68,9% das vagas contabilizadas no interior do Estado, contra 60,8% entre 2003 e 2010 (**gráfico 6**), o que sinaliza que o desenvolvimento econômico e social do Paraná, a partir de 2011, foi direcionado para a desconcentração e diversificação das atividades produtivas.

gráfico 6 | vagas contabilizadas no interior do Estado

Fonte: MTE | CAGED



Isso não significou, contudo, perda de dinamismo da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), como se tivesse ocorrido, numa análise superficial, deslocamento de ativos para outras regiões do Estado. Ao contrário, a RMC exibiu a menor taxa de desemprego e o maior rendimento por trabalhador do País, no período analisado, confirmando que o incremento no interior se deu mesmo a partir de novos investimentos (**gráfico 7**).

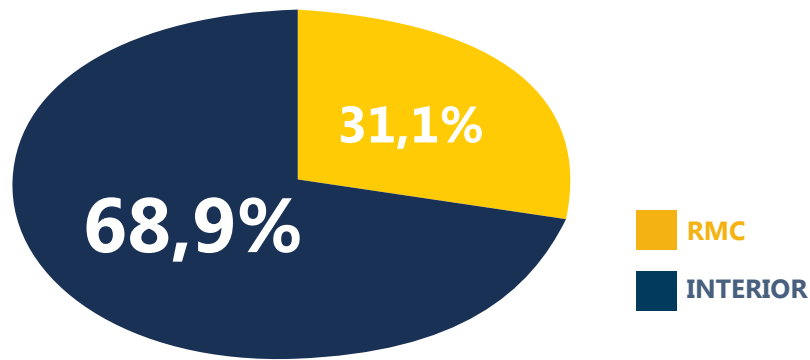


gráfico 7 saldo do emprego formal | REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC) e INTERIOR DO PARANÁ 2011 2013

Fonte: MTE | CAGED

Aumento do PIB per capita

No que tange à desconcentração regional, o PIB per capita, indicador produzido pelo IPARDES e IBGE, aponta crescimento de 45 para 55 no número de municípios com renda maior que a média nacional, e de 37 para 44 dos que superaram a média do Estado, entre 2010 e 2011. Também nota-se considerável diminuição das desigualdades regionais, demonstrada pelo declínio da concentração do PIB entre os municípios paranaenses e da renda entre as pessoas residentes no Estado (**tabela 1**).

TABELA 1 ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS | PARANÁ 2008-2011

ANO	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO PIB (desigualdade regional) ⁽¹⁾	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS (desigualdade social) ⁽²⁾
2007	0,804	0,533
2008	0,796	0,507
2009	0,802	0,494
2010	0,798	-
2011	0,795	0,472

FONTE: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(1) Medida do grau de concentração da distribuição do PIB entre os municípios do Paraná. Varia de 0 (perfeita igualdade) a 1 (máxima desigualdade).

(2) Medida do grau de concentração da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes no Paraná e com rendimento. Varia de 0 (perfeita igualdade) a 1 (máxima desigualdade).

Não por acaso, o piso do salário mínimo regional do Paraná continua sendo o maior do País (**tabela 2**), ampliando o poder aquisitivo das famílias e reduzindo a informalidade no Estado (**tabela 3**). Aliás, os reajustes do salário mínimo regional para os anos de 2014 e 2015 foram definidos a partir de um acordo inédito entre os representantes do setor produtivo, trabalhadores e governo estadual, evidenciando a disposição da atual gestão do Governo do Paraná ao diálogo e à valorização da mão de obra.

TABELA 2 PISO REGIONAL, TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS | UF 2014

UF	SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL
Paraná	R\$ 948,20
São Paulo	R\$ 810,00
Rio de Janeiro	R\$ 763,14
Rio Grande do Sul	R\$ 868,00
Santa Catarina	R\$ 835,00

FONTE: Assembleias Legislativas dos Estados

TABELA 3 GRAU DE INFORMALIDADE | BRASIL E PARANÁ 2003 - 2012

ANO	BRASIL	PARANÁ
2003	57,4	51,3
2004	56,6	51,0
2005	55,5	49,9
2006	54,7	49,1
2007	53,3	48,4
2008	51,6	45,7
2009	50,9	45,6
2011	47,5	41,4
2012	47,1	41,0

FONTE: IPEA

Menos desigualdades sociais, mais renda domiciliar

As desigualdades sociais vêm sendo enfrentadas por meio de programas voltados à promoção da cidadania, com foco nos direitos da população, e ao bem-estar dos paranaenses, principalmente dos mais carentes. Entre os programas, cabe destacar o Família Paranaense, que busca reduzir a vulnerabilidade social em todas as suas dimensões, enfatizando, além da questão da renda, as condições de habitação, saúde, qualificação, educação e acesso a bens e serviços culturais, de modo a conferir autonomia às famílias.

Tal política vem contribuindo para a redução das desigualdades de gênero e a maior autonomia das mulheres residentes no Paraná, conforme preconizado na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), elaborada pelas Nações Unidas. Os indicadores de acesso à educação e inserção no mercado de trabalho apontam que as mulheres não se encontram em situação de desvantagem em relação aos homens.

Ao contrário, o que se verifica, segundo dados do MTE, é que seu perfil educacional é significativamente melhor, uma vez que 25,1% das mulheres ocupadas possuem ensino superior completo, contra 11,8% para os trabalhadores do gênero masculino. Do ponto de vista do rendimento médio mensal, a diferença entre os sexos vem diminuindo ao longo do tempo, caindo de 64% em 2008 para 55,1% em 2012, em favor dos homens (**tabela 4**).

TABELA 4 VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO GÊNERO | PARANÁ 2008 - 2012

ANO	VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS (R\$)		DIFERENÇA (a/b)
	Homens (a)	Mulheres (b)	
2008	1.261	769	64,0%
2009	1.349	838	61,0%
2011	1.591	1.000	59,1%
2012	1.871	1.206	55,1%

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Em consequência, a renda domiciliar per capita média, registrou valores acima da média nacional, em especial no ano de 2012 (**tabela 5**).

TABELA 5 RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA BRASIL E PARANÁ 2003 - 2012		
PERÍODO	BRASIL	PARANÁ
2003	640,46	725,15
2004	654,63	801,77
2005	693,88	809,99
2006	758,42	857,61
2007	778,35	962,85
2008	816,35	953,72
2009	838,22	971,25
2011	891,10	1.039,30
2012	961,65	1.137,58

FONTE: IPEA - IBGE/Pnad

Prioridade na Educação

Os investimentos que vêm sendo realizados na educação propiciam avanços qualitativos consistentes, com a qualificação dos professores e a diminuição do número de alunos por docente, assegurada pelo reforço dos quadros funcionais. **Em três anos, foram contratados cerca de 17 mil profissionais de ensino, ocorreu a ampliação da jornada extraclasse e houve a promoção da equalização salarial dos professores com os demais servidores de nível superior do governo do Estado.**

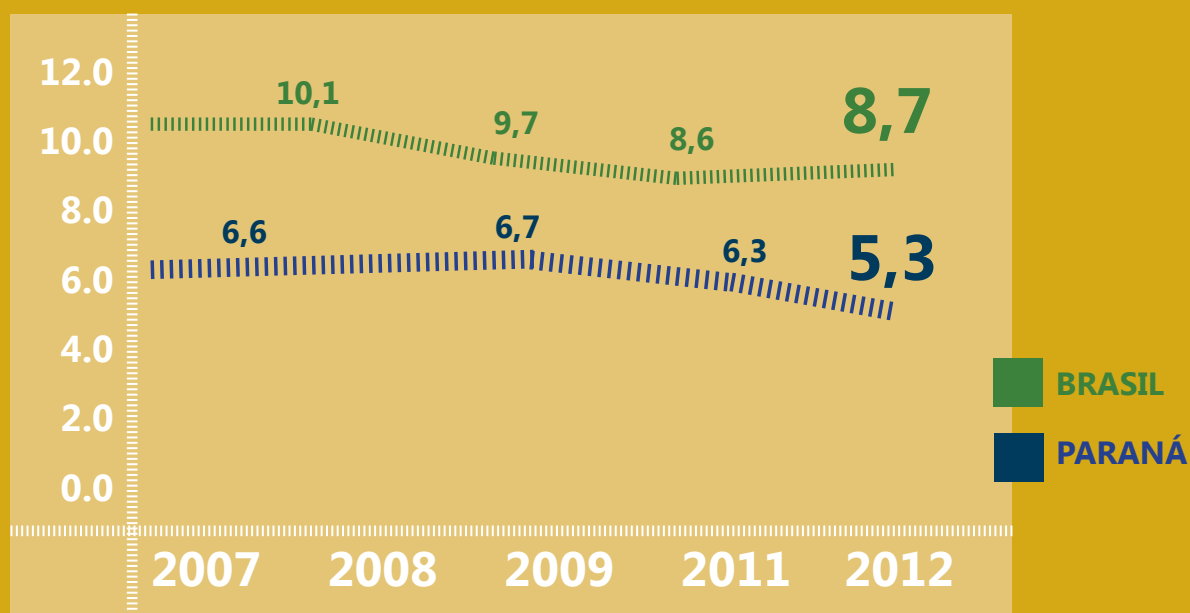
Em termos de infraestrutura educacional, a administração implementou o programa Renova Escola, que objetiva reformar, ampliar e readequar 340 prédios escolares no Estado, tendo ainda a meta de equipar e mobiliar 900 unidades até 2015.

Redução no analfabetismo

O avanço na área de educação é corroborado pelas estatísticas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), **que apontam o aumento de 4,5% dos docentes na rede de ensino médio**, entre 2010 e 2012. **O MEC também aponta a redução da taxa de analfabetismo no Estado (gráfico 8).**

gráfico 8 taxa de analfabetismo | BRASIL- PARANÁ | 2007 2012

Fonte: MEC | INEP



Conhecimento Científico

A partir de 2012, com a promulgação da lei no. 17.314/2012, o Estado vem constituindo sólido sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. A denominada Lei de Inovação do Estado do Paraná estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, favorecendo a criação do Sistema Paranaense de Ciência, Tecnologia e Inovação, e constitui a base para o Plano de Metas do setor para o período 2015-2018.

Sabe-se hoje, de maneira clara, que o bem estar social é potencializado pela capacidade dos territórios incorporarem conhecimento científico e tecnológico às suas economias para gerar inovações. E, nessa área, o Estado avançou muito nos últimos três anos

Sob a coordenação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior serão fornecidas respostas objetivas aos principais desafios do Paraná. Assim, o plano permite agregar valor ao que é produzido no estado e gerar uma trajetória longa e persistente de melhoria nas condições de vida da população. O plano é base para a resolução inteligente dos desafios paranaenses, colocando a Ciência, Tecnologia e Inovação como ferramenta transversal de suporte às demais Secretarias de Estado, gerando resultados mais eficientes, mais abrangentes e com menores custos à sociedade.

No momento está em curso a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PDCT) baseada em 5 grandes áreas: 1) Tecnologias para o agronegócio; 2) Apoio às pequenas e médias empresas (PME); 3) Tecnologias sociais; 4) Tecnologias de ponta; e 5) Fortalecimento das universidades públicas estaduais. Os recursos para a implementação desta política são repassados à SETI que os administra diretamente ou por meio de editais, dando assim maior transparência ao processo de fomento das atividades e projetos estratégicos de ciência e tecnologia no Estado.

Atenção à saúde

O Governo Beto Richa vem aumentando gradativamente os investimentos em obras e repasses para custeio da Saúde em todos os municípios do Estado. Em três anos, os repasses quase dobraram em relação aos quatro últimos anos do governo anterior

No período de 2011 a 2014, estão sendo aplicados R\$ 8,5 bilhões em saúde (de 2007 a 2010, o governo anterior aplicou R\$ 4,6 bilhões).

Quanto às despesas de capital, o valor investido com recursos do Tesouro de 2011 a 2014, na ordem de R\$ 320 milhões, supera o do período de 2007 a 2010, equivalente a R\$ 285 milhões.

Se compararmos o que o atual governo está investindo (04 anos), com o período equivalente do governo anterior, injetamos R\$ 3,9 bilhões a mais em saúde.

Com estes investimentos o Paraná cumpriu seu papel na área de saúde, organizando a oferta de serviços especializados, por meio da implantação de grandes Redes de Atenção à Saúde, dentre as quais se destacam:

Mãe Paranaense implantada em 100% dos municípios do Estado, garantindo assistência de qualidade à gestante e às crianças.

Paraná Urgência abrangendo 289 municípios, com cobertura de 80% da população do Estado.

Atenção à Saúde Mental com ampliação de leitos psiquiátricos em 16 cidades-polo em todo o estado.

Tais esforços garantiram ao Paraná a posição de segundo melhor estado brasileiro em serviços de saúde (índice FIRJAN 2014), com forte impacto positivo sobre os principais indicadores, dentre os quais se destacam:

Mortalidade Infantil passou de 12,15/1.000 em 2010, para 10,93/1.000 nascidos vivos em 2013.

Mortalidade Materna caiu de 65,11/1.000 em 2010, para 37,25/1.000 nascidos vivos em 2013.

Respeito à Cidadania

Ainda no que diz respeito à cidadania e à melhoria das condições de vida, foi lançado o inovador **Programa Paraná Seguro**, já amplamente conhecido pela população, que não se restringe apenas às questões de policiamento e investigação, abrangendo também ações nas áreas de educação, trabalho e assistência social. Como resultado desse programa, o número de homicídios nos grandes municípios do Paraná vem declinando significativamente, cabendo ressaltar os casos de Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel e Curitiba, todos com queda igual ou superior a 20% no primeiro bimestre de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012.

Quanto à preocupação com a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento, o Paraná vem seguindo os parâmetros propostos pelas Nações Unidas por meio de efetivas ações governamentais no provimento de serviços de infraestrutura urbana. De acordo com dados do IBGE, os domicílios atendidos pela rede de abastecimento de água alcançaram 89,8% em 2012, chegando a 3ª posição no ranking nacional. A oferta de serviços de esgotamento sanitário e de coleta de lixo vêm melhorando sensivelmente, passando de 56,3% dos domicílios atendidos em 2009 para 57,6% em 2012. O acesso à energia elétrica é praticamente universal, com 99,9% dos domicílios atendidos em 2012, representando a 6ª posição no ranking nacional, ante 10ª em 2009 (**tabela 6**).

Os esforços do Paraná na ampliação da infraestrutura voltada ao aumento da competitividade do setor produtivo são notáveis. No período de 2011 a 2012 foram investidos, com recursos estaduais, R\$ 16,9 milhões, mais a previsão de aporte adicional de R\$ 21,6 milhões entre 2013 e 2014, na reforma e ampliação dos aeroportos regionais. Adicionalmente, foram aplicados R\$ 448,2 milhões em obras rodoviárias e R\$ 260,4 milhões no programa de fomento aos municípios.

Com isso, o Paraná deve fechar 2014 com **o maior programa de duplicação de rodovias das últimas duas décadas e meia, com 265,1 quilômetros já duplicados ou em fase final**, contra 244 quilômetros entre 1990 e 2010. O Estado possui 1.023 quilômetros de rodovias duplicadas, considerando as federais, concessionadas e estaduais.

TABELA 6 COBERTURA DA REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ILUMINAÇÃO ELÉTRICA E REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO | PARANÁ 2009 - 2012

ITEM	ANO	
	2009	2012
Número total de domicílios particulares permanentes (em 1.000 domicílios)	3.364	3.559
Número de domicílios ligados a rede geral de abastecimento de água (em 1.000 domicílios)	2.963	3.197
Cobertura da rede geral de abastecimento de água	88,1%	89,8%
Posição do Paraná no ranking nacional da cobertura da rede geral de abastecimento de água	4°	3°
Número de domicílios com iluminação elétrica (em 1.000 domicílios)	3.349	3.556
Cobertura da iluminação elétrica	99,6%	99,9%
Posição do Paraná no ranking nacional da cobertura da iluminação elétrica	10°	6°
Número de domicílios ligados a rede de esgotamento sanitário (em 1.000 domicílios)	1.894	2.051
Cobertura da rede de esgotamento sanitário	56,3%	57,6%
Posição do Paraná no ranking nacional da cobertura da rede de esgotamento sanitário	6°	6°

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

O governo paranaense aplica a oitava menor carga tributária como proporção do PIB entre as vinte e sete Unidades da Federação, segundo os dados do CONFAZ e IBGE de 2011 (**tabela 7**).

TABELA 7 PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA ESTADUAL NO PIB | UNIDADES DA FEDERAÇÃO 2011

UF	CARGA TRIBUTÁRIA	PIB	PART. (%)	POSIÇÃO
Goiás	17.161.475.000	111.268.552.967	15,42	1
Mato Grosso do Sul	5.737.972.000	49.242.254.326	11,65	2
Rondônia	3.238.973.000	27.839.144.148	11,63	3
Pernambuco	10.752.796.000	104.393.980.366	10,30	4
Bahia	16.140.399.000	159.868.615.145	10,10	5
Amazonas	6.411.588.000	64.555.403.727	9,93	6
Mato Grosso	6.932.854.000	71.417.805.278	9,71	7
Espírito Santo	9.241.919.000	97.693.458.228	9,46	8
Rio Grande do Norte	3.364.094.000	36.103.201.635	9,32	9
Piauí	2.281.654.000	24.606.833.118	9,27	10
São Paulo	123.518.083.000	1.349.465.140.044	9,15	11
Alagoas	2.566.670.000	28.540.303.893	8,99	12
Paraíba	3.110.645.000	35.443.831.518	8,78	13
Minas Gerais	33.787.695.000	386.155.622.308	8,75	14
Acre	766.145.000	8.794.361.637	8,71	15
Sergipe	2.178.145.000	26.198.908.344	8,31	16
Santa Catarina	13.961.422.000	169.049.529.676	8,26	17
Ceará	7.241.188.000	87.982.450.260	8,23	18
Rio Grande do Sul	21.583.256.000	263.633.397.840	8,19	19
Paraná	18.806.123.000	239.366.010.490	7,86	20
Tocantins	1.404.301.000	18.059.158.880	7,78	21
Roraima	527.953.000	6.951.189.970	7,60	22
Pará	6.547.160.000	88.370.609.612	7,41	23
Maranhão	3.738.445.000	52.187.203.937	7,16	24
Amapá	635.065.000	8.968.031.818	7,08	25
Rio de Janeiro	29.858.867.000	462.376.208.414	6,46	26
Distrito Federal	5.910.472.000	164.482.128.965	3,59	27

FONTE: IBGE/CONFAZ

NOTA: Carga tributária (ICMS, IPVA, ITCD, TAXAS E OUTROS)

No terreno tributário, levantamento detalhado feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e SEBRAE, em 2013, identificou o Paraná como a unidade federada com a menor carga de impostos incidente sobre as micro e pequenas empresas. Mais precisamente, para uma alíquota média de 6,5% sobre o faturamento, no conjunto do País, e 5,2% para o Simples Nacional, o **peso dos tributos no Estado é de 4,7%, sendo a única unidade geográfica com fardo inferior ao do Brasil (gráfico 9).**

Um diferencial competitivo de grande importância na viabilização de futuras parcerias, que recoloca o Paraná como alternativa viável a negócios, em comparação com o período de governo imediatamente anterior.

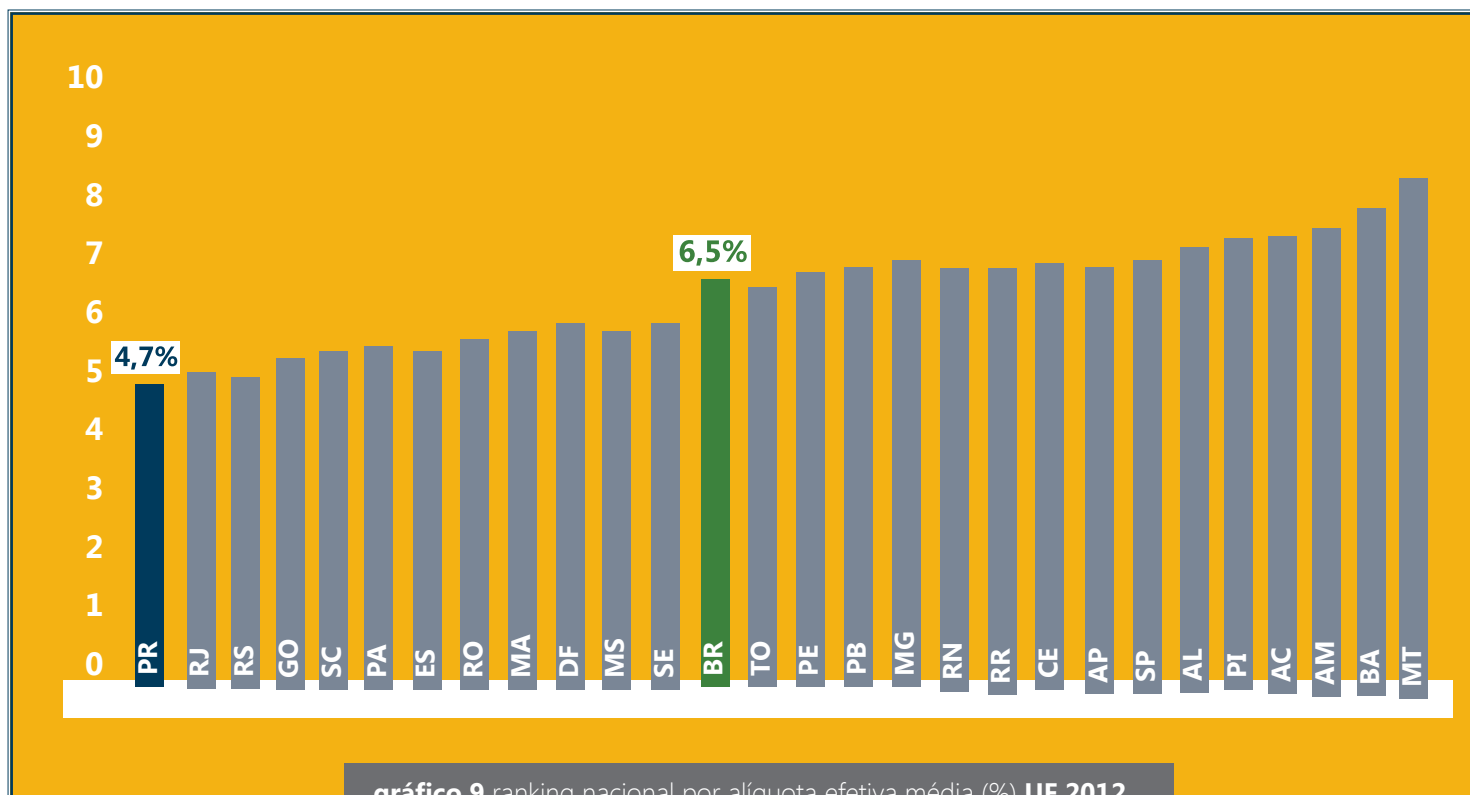


gráfico 9 ranking nacional por alíquota efetiva média (%) UF 2012

Fonte: SEBRAE | CNI



Para alcançar esse patamar, o governo paranaense adotou uma política fiscal arrojada, dentre elas a **isenção de ICMS para as empresas com faturamento de até R\$ 540 mil/ano**, e redução da alíquota para aquelas com receita bruta entre R\$ 540 mil e R\$ 3,6 milhões/ano. Não há equalização de alíquotas nas operações de compras interestaduais de matérias-primas ou de mercadorias para revenda. O Estado também adota a substituição tributária apenas para produtos com convênio nacional, sendo o ICMS devido por todos os elos ao longo da cadeia concentrado em uma única etapa.

Gestão responsável

No campo fiscal, é necessário reconhecer os percalços nada desprezíveis enfrentados pelo Tesouro Estadual, especialmente no segundo semestre de 2013. Tal situação decorreu de três fatores pontuais: 1) aumentos salariais concedidos aos funcionários públicos pelo atual governo para repor as perdas herdadas da gestão passada; 2) contratação, em especial, de policiais e profissionais da educação; 3) retenção, pela União, de empréstimos para investimentos, o que obrigou o governo a recorrer a fontes próprias para prosseguir com seu programa de obras.

Nem mesmo a instituição de regras rígidas para o gerenciamento financeiro dos diferentes governos (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, editada em maio de 2000) foi capaz de frear os gastos com salários dos servidores, o que ocasionou retração do volume de recursos para investimentos em recuperação, modernização e aumento dos empreendimentos e serviços públicos. Uma das marcas dessa degradação da política fiscal é justamente o crescimento das despesas com o funcionalismo em comparação com a arrecadação, especialmente no período 2010-2013.

Com isso, 22 dos 27 governos, incluído o Distrito Federal, tiveram esse comportamento naquele intervalo, sendo que em 2013, 10 deles superaram o limite prudencial de comprometimento da receita corrente líquida com a folha de servidores (46,55%), e em três, o teto de 49% foi rompido. Dos supostamente

alinhados com as regras estabelecidas pela LRF, somente três apresentaram redução do peso do pessoal nas receitas.

Lembre-se aqui que, uma vez alcançado o limite prudencial, o ente federado torna-se rigorosamente represado no que se refere a acréscimos das cifras da folha de servidores e obrigado a eliminar os excedentes nos dois quadrimestres subsequentes. Em não sendo isso feito, a unidade pode vir a sofrer o corte das transferências voluntárias da União e não poder efetuar contratações de operações de crédito.

Ainda assim, a dívida líquida do governo do Paraná totalizava R\$ 14,8 bilhões, em 2013, montante praticamente igual ao de 2010, R\$ 14,7 bilhões (**tabela 8**) sendo a sexta maior do País, ficando atrás de São Paulo (R\$ 183,8 bilhões), Minas Gerais (R\$ 76,7 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 73,1 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 51,7 bilhões) e Goiás (R\$ 15,6 bilhões).

**TABELA 8 PARANÁ | EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO DO ESTADO
2008 - 2013**

ANO	BILHÕES (R\$)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Part. %)
2008	13,9	96,1
2009	14,5	96,3
2010	14,7	86,5
2011	14,2	72,5
2012	14,3	65,5
2013	14,8	61,5

FONTE: Banco Central

Menos endividamento

Como proporção da receita corrente líquida, o endividamento é ainda menos preocupante, situando o Paraná em nono lugar na nação, com 61,5% (**tabela 9**), muito atrás de estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Por esse parâmetro, o Estado estaria melhor que a média do Brasil (78,4%).

TABELA 9 PESO DO ENDIVIDAMENTO DOS PRINCIPAIS GOVERNOS ESTADUAIS 2013

GOVERNOS	% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Rio Grande do Sul	199,9
Minas Gerais	177,9
Rio de Janeiro	170,3
São Paulo	150,3
Alagoas	136,5
Goiás	105,9
Mato Grosso do Sul	89,3
Santa Catarina	61,8
Paraná	61,5
MÉDIA DO BRASIL	78,4

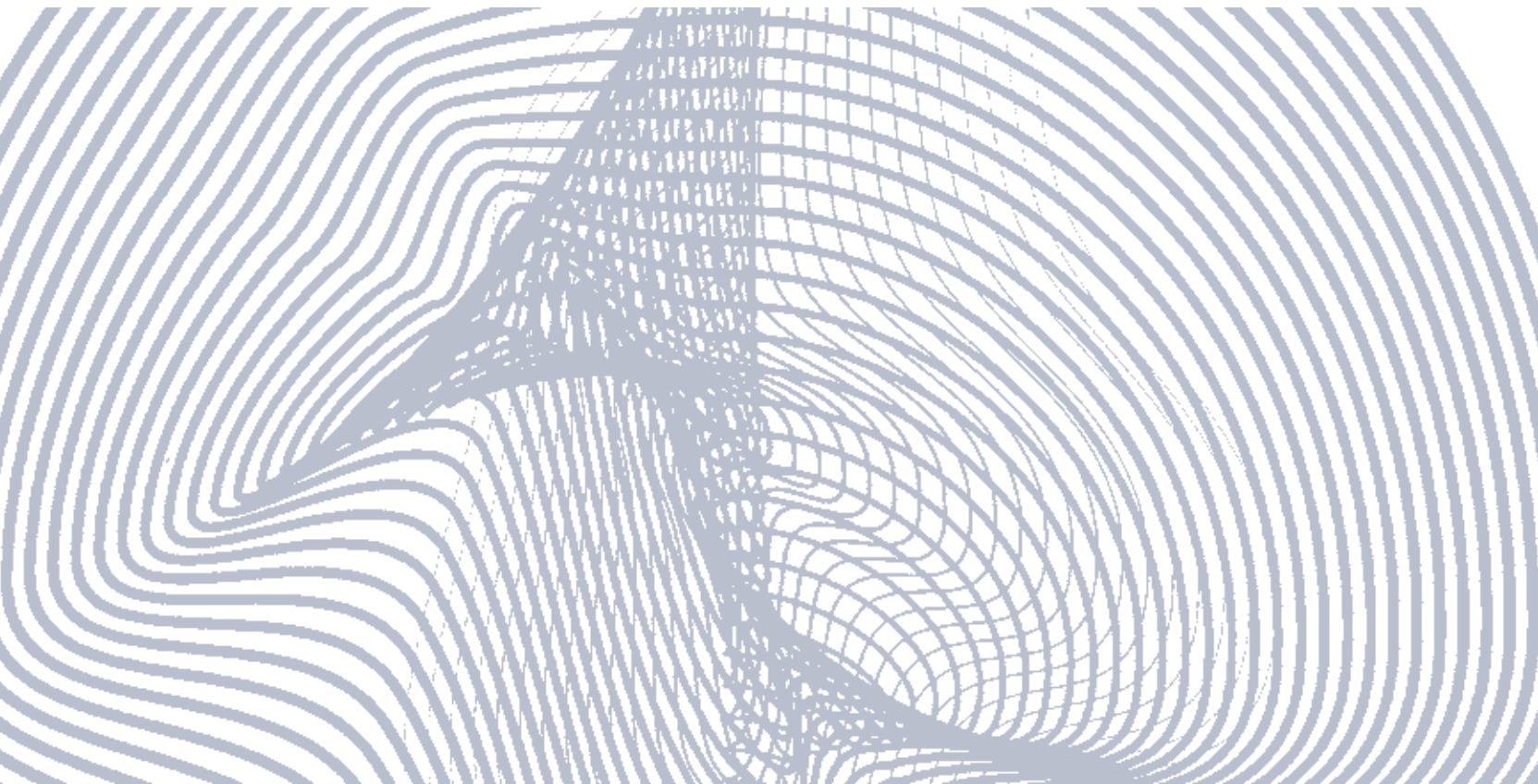
FONTE: Banco Central

EM OUTRAS PALAVRAS, O PARANÁ OCUPARIA A MELHOR POSIÇÃO DENTRE OS ESTADOS DO SUL E SUDESTE, EXCETO ESPÍRITO SANTO (7,9%), E EXIBIRIA CONDIÇÕES MAIS ADEQUADAS QUE ALAGOAS, NO NORDESTE, E MATO GROSSO DO SUL, ALÉM DE GOIÁS, NO CENTRO OESTE, O QUE O TORNARIA APTO AO RECEBIMENTO DAS GARANTIAS E AUTORIZAÇÕES FEDERAIS PARA A FINALIZAÇÃO DOS ATOS DE CONTRATAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS PLEITEADOS DESDE O COMEÇO DE 2011, ESSENCIAIS PARA A ELEVAÇÃO DA TAXA DE INVESTIMENTO NO ESTADO.

Apoio restrito da União

É interessante assinalar que o panorama fiscal menos favorável do Paraná também é consequência de perdas estimadas em mais de R\$ 2 bilhões com a redução dos encargos federais incidentes sobre as tarifas de energia elétrica (principal fonte de ICMS nos estados), da extinção da contribuição de intervenção sobre o domínio econômico (Cide), recolhida sobre comercialização de combustíveis, e da queda dos repasses do fundo de participação, provocada pelo declínio da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI), que se deu com a diminuição das alíquotas para uma cesta de bens de consumo duráveis e de materiais de construção.

Muitas dessas políticas federais revelam-se agora profundamente equivocadas, como o demonstram as crises por que passam o setor elétrico, a indústria automotiva e a indústria da construção civil – três pilares importantes da economia nacional. Adicione-se a isso a quase ausência de empenho de representantes paranaenses, integrantes do executivo federal, nas tarefas de reversão da tendência cadente dos investimentos e das despesas da União no Estado, mesmo com a abundância de propostas e projetos apresentados pelo Governo.

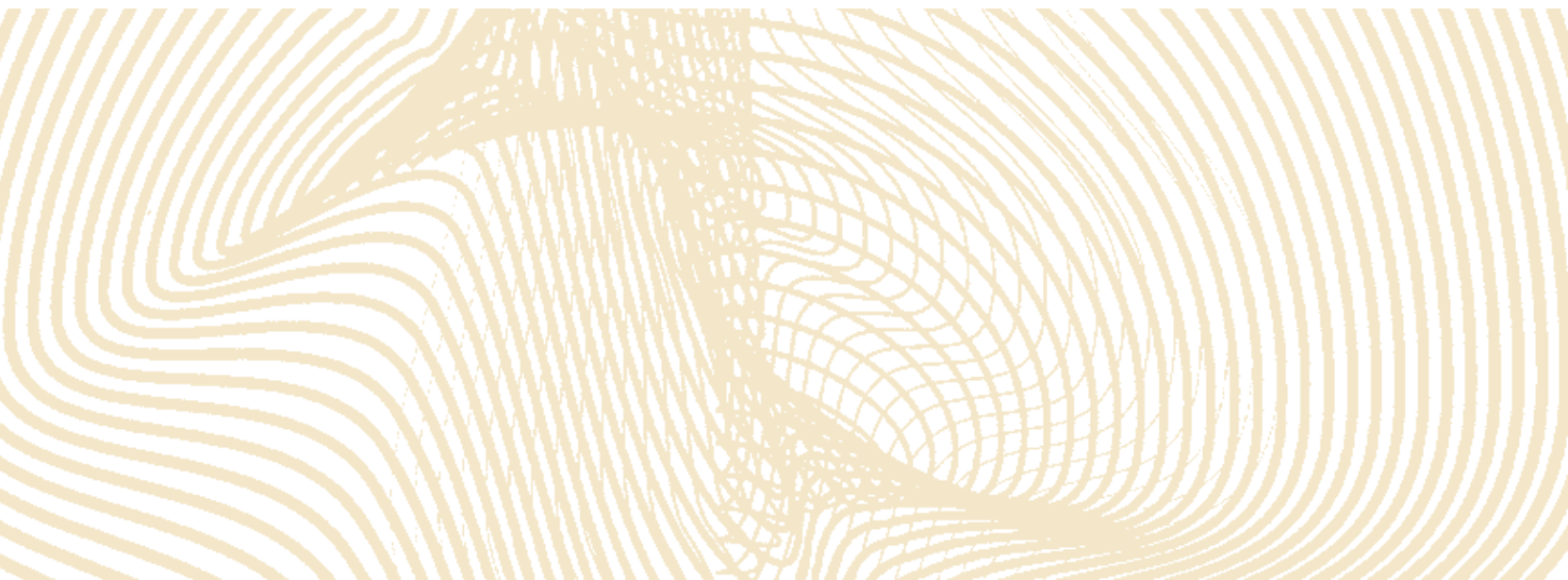


Governo e sociedade um novo ciclo de desenvolvimento

Em síntese, nos últimos anos a sociedade paranaense resgatou o desejo de promover um novo ciclo de desenvolvimento, e o governo, de forma dialogada e transparente, restaurou os mecanismos e instituições capazes de dar sentido e direção a essa vontade coletiva, transmitida pelas urnas em 2010 e plenamente absorvida pelo Plano de Metas do Governo Richa, cobrindo o intervalo 2011-2014.

Isso expressa também a preocupação intransigente da sociedade com a construção de um modelo de desenvolvimento regional diversificado e distribuído de forma mais equânime espacialmente, reforçada pelas múltiplas e pulverizadas incursões da Fomento Paraná e pela inserção e presença financeira do Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul (BRDE). Nesse caso, vale registrar que a agência sediada no Estado absorveu e aplicou, entre 2011 e 2013, aproximadamente 45% dos recursos aportados pela instituição, para os três estados da região.

Dessa ação partilhada entre governo e sociedade resulta uma promissora retomada do desenvolvimento, que precisa ser mantida e aperfeiçoada. Os principais vetores expansivos foram a recuperação da renda do agronegócio, movida pelas elevadas cotações internacionais das *commodities* primárias, a crescente ascensão da produção e produtividade setorial, a vitalidade do mercado de trabalho regional, e o começo da maturação dos investimentos atraídos pelo Programa Paraná Competitivo.



7. Diretrizes do Plano de Metas

O diagnóstico da situação atual do Paraná pode ser sintetizado assim: avançamos, mas podemos – e precisamos – fazer mais. O Governo Beto Richa tem traduzido o “fazer mais” em oportunidades a serem aproveitadas, que se materializam em metas objetivas e trabalho persistente. Nesse sentido, a atual administração tem recorrido a modernas ferramentas – que incluem os contratos de gestão – para cumprir o Plano de Metas. Não vemos problemas sem solução, mas soluções que não foram aplicadas adequadamente; não enxergamos obstáculos, mas um apoio para saltos mais altos; não lamentamos as dificuldades, comemoramos os desafios de melhorar sempre.

Para melhor aproveitamento das oportunidades a administração contará com a participação pulverizada da rede de universidades, faculdades estaduais e cooperativas – que detêm incontáveis atributos – capaz de identificar projetos viáveis para o reforço das vantagens desfrutadas por algumas regiões e a superação do marasmo ou estagnação de outras. Dentre eles destacam-se: o domínio da oferta de matérias primas; a enorme capacidade de industrialização; a profissionalização da gestão, da produção e de mecanismos de capitalização; grande coeficiente de geração de emprego por unidade de capital investido; e a operação regionalizada.

Assim, este Plano de Metas será estruturado a partir das seguintes diretrizes básicas, sem prejuízo de novas demandas que possam surgir a partir da discussão pública deste documento:

1. Política de Estado

Todo governo se propõe ampliar os investimentos em **Educação, Saúde, Segurança Pública, Meio Ambiente, Infraestrutura, Sistema Prisional, Cultura**, dentre outras áreas essenciais– desde há muito tempo – sem que se notem melhorias substanciais na qualidade dos serviços ofertados à população. Isso decorre da visão de curto prazo sempre empregada na formulação de planos e metas, o que gera descontinuidade de ações e recomeços diferentes, quando não em sentidos opostos, a cada troca de governo.

A diferença entre **Política de Estado** e **Política de Governo** é que esta pode ser alterada sempre que a administração julgar conveniente, enquanto aquela tem de ser cumprida por todas as administrações indistintamente, garantindo ganhos cumulativos durante longos períodos de tempo. Só assim é possível garantir melhorias constantes e ininterruptas em áreas em a competência do Estado é imprescindível.

É hora de tratar de maneira diferenciada esta questão: não se trata mais de simples propostas de governo, mas de um dever Constitucional do Estado. Por isso, é preciso institucionalizar esses temas, com regras claras e objetivas, de modo a torná-los perenes. Não serão assuntos para um período de governo, mas uma formulação estratégica para, no mínimo, duas gerações. É, portanto, premente conferir-lhes status de **Política de Estado**, imune aos humores de quaisquer governos.

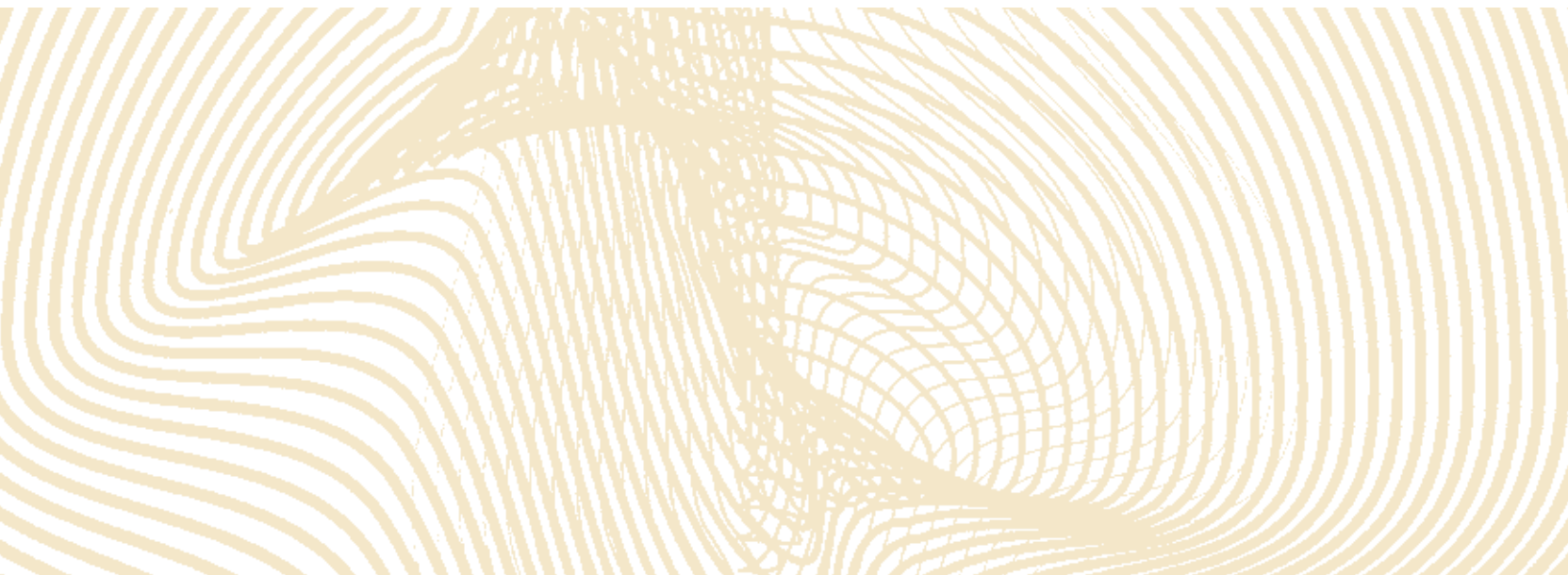
Nesse sentido, este Plano de Metas contém propostas que contemplam ações de longo prazo, com o propósito de dotar o Estado de estruturas mínimas de atendimento às demandas atuais e futuras da população, considerados os índices de crescimento projetados pelos órgãos de planejamento. Porque, é necessário reconhecer, os problemas só se repetem pela inércia ou na ausência de previsões sustentadas em dados científicos.

2. Logística

No mundo contemporâneo, logística é fator que difere desenvolvimento de atraso. Países com elevado grau de desenvolvimento tratam a logística como diferencial competitivo na produção e distribuição de bens e serviços. O Paraná definirá prioridades para a implantação de uma rede integrada de logística abrangendo todos os modais no Estado, num horizonte mínimo de 10 anos.

Essa proposta reforça o Anel de Integração, onde se prevê a execução programada de redes complementares compreendendo: duplicação de rodovias, infovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, portos, dutovias e outras estruturas complementares. Uma abordagem semelhante acontece com a proposta da “faixa de infraestrutura” do Pontal do Paraná, que dotará o estado de um novo e estratégico terminal de importação e exportação.

Neste Plano de Metas estarão detalhados os programas e ações já em curso e a serem iniciados para garantir escoamento pleno, eficiente e a custo competitivo, da nossa crescente produção agrícola e industrial. Porque já não basta produzir; é preciso colocar os produtos nos centros de consumo em condições de competição no mínimo iguais aos dos concorrentes.



3. Agronegócio

Ainda a principal atividade da economia, o agronegócio é a vocação natural do Estado do Paraná. Fonte inesgotável de oportunidades a explorar, é uma equação que gera riquezas, adiciona renda, multiplica empregos e oportunidades, e subtrai desigualdades. Só isso já seria suficiente para que dela se ocupasse fatia importante da administração, com o propósito de fornecer-lhe o suporte necessário à sua contínua evolução. Mas há muito mais.

É do campo que o Paraná colhe sucessivos recordes de produção, que se transformam em dividendos e, estes, em obras e serviços que elevam o padrão de vida – no campo e nas cidades. Há espaço para persistir na elevação da produtividade nas áreas agrícola, pecuária, agroindústria e florestal – com a inserção das pequenas propriedades rurais nas cadeias produtivas de maior valor agregado.

A produção de alimentos e de matérias-primas de primeira necessidade é uma garantia de renda contínua e permanente, mesmo em períodos de crise. Esta é a razão principal pelo bom desempenho da economia paranaense nos últimos anos, em indicadores sempre acima da média nacional. Daí o compromisso do Governo Beto Richa em colocar o agronegócio como uma das diretrizes centrais deste Plano de Metas.

4. Paraná Competitivo

Em três anos – de 2011 a 2013 – foi responsável pela atração de R\$ 30 bilhões em projetos industriais de diversas áreas, o que o tornou programa indispensável ao desenvolvimento do estado. Desde logo, portanto, renova-se o compromisso de consolidar, ampliar e diversificar sua missão de atrair investimentos produtivos, mediante atuação seletiva para atividades de alta agregação tecnológica e de estímulos para a implantação de empresas inovadoras.

Um dos grandes diferenciais do Paraná Competitivo é sua política de orientar – prioritariamente – a interiorização dos investimentos, de modo a distribuir o desenvolvimento por todas as regiões do estado. Com isso, a geração de empregos também tem sido maior no interior do que na Região Metropolitana de Curitiba. Em sintonia com a premissa da administração segundo a qual um estado só é bom se for bom para todos os cidadãos.

5. Sustentabilidade

O século 21, premido pela demanda crescente, é o século da sustentabilidade, do combate ao desperdício, da reciclagem, da redução da poluição e do uso racional dos recursos naturais. Mas sustentabilidade não é apenas uma palavra da moda; é um compromisso e um esforço coletivos pela preservação do planeta e a construção de padrões de vida mais dignos para o ser humano.

Assim, todas as ações da administração na busca de um patamar mais elevado de desenvolvimento devem visar a autossuficiência em energia até o ano de 2025. Edificações públicas deverão ser construídas segundo os princípios de *green buildings*; as cidades deverão ser estimuladas a adotar políticas de sustentabilidade; sistemas de prevenção e de mitigação de desastres naturais deverão ser aperfeiçoados; incentivos deverão ser concedidos para a construção de *Smart Grids* e *Smart Communities*.

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), definidos pela Organização das Nações Unidas – ONU em 2000, se encerram em 31 de dezembro de 2015. A partir desta data serão adotados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituídos agora de 10 grandes desafios:

- a) Acabar com a pobreza**
- b) Promover o crescimento sustentável e empregos**
- c) Educação para todos**
- d) Proteção dos Direitos Humanos**
- e) Saúde para todos**
- f) Agricultura sustentável**
- g) Cidades sustentáveis**
- h) Energia sustentável e mudanças climáticas**
- i) Biodiversidade sustentável**
- j) Boa governança**

O Governo Beto Richa assume desde logo o compromisso de destinar recursos humanos e financeiros para, a partir de 2016, construir as condições que levem o Paraná a cumprir, no seu devido tempo, os objetivos estabelecidos pela ONU.

Também serão consideradas, na elaboração do Plano de Metas, as mudanças climáticas previstas por estudos científicos avalizados pela ONU. Para isso, o governo implantará uma política específica para o setor, de forma a proteger os cidadãos de catástrofes naturais decorrentes das mudanças no clima do planeta.

6. Serviços e Obras

A administração deve adotar – preservado o interesse público – o modelo de gestão baseado em Parcerias Público-Privadas – PPP's, visando: i) reduzir os procedimentos burocráticos; ii) elaboração de projetos em áreas nas quais seja possível atingir maior eficiência, menor custo operacional, melhor qualidade na prestação de serviços, avaliação permanente e sistemática dos serviços ofertados; iii) reduzir as despesas com pessoal.

São exemplos de PPP's: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, centros administrativos regionais, Tudo Aqui Paraná, penitenciárias, hospitais, universidades, CEASA, gestão de frotas, parques, dentre outros. O objetivo das PPP's é ampliar a atuação do Estado de maneira mais rápida, uniforme e a custos menores, sem abrir mão do poder de fiscalizar e intervir sempre que necessário.

A administração estadual trabalhará, em parceria com a União, na concretização do Trem Pé-Vermelho, que interligará as cidades de Ibiporã e Paiçandu, passando por 13 municípios, numa extensão total de 152,2 km. A elaboração do projeto executivo, orçado em R\$ 10 milhões, foi autorizada pelo Ministério das Cidades no dia 23 de junho de 2014. Trata-se de projeto vital para o desenvolvimento das regiões Norte e Noroeste do Paraná.

7. Energias Alternativas

O Paraná implantará uma política de aproveitamento de energias alternativas, particularmente óleo, gás e etanol, atuando de forma integrada na exploração, suprimento e distribuição desses produtos. Todas as possibilidades serão exploradas – como o GNL, gás de xisto, álcool, energia eólica, biogás (das alcooleiras, dos produtores de suínos, dos processamentos biológicos, dos resíduos líquidos e sólidos), visando à implantação de complexos químicos e a produção de insumos fundamentais para a indústria, agricultura e serviços no Estado.

O Estado possui grande potencial para exploração de óleo e gás, e o fará a partir de detalhados estudos de viabilidade e da identificação de parceiros dispostos a partilhar os investimentos necessários. A oferta em larga escala desses insumos é fundamental para manter os programas de desenvolvimento espacialmente distribuídos pelo território paranaense.

8. Ciência, Tecnologia e Inovação

A administração consolidará sua atuação nessa importante área, seguindo os seguintes princípios mínimos:

- a.** Formulação e implementação de nova etapa da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná.
- b.** Educação Superior como propulsora da inovação: o reposicionamento do Sistema de Universidades Estaduais do Paraná.
- c.** Reestruturação do Sistema Paranaense de Ciência, Tecnologia e Inovação e sua interação em nível regional, nacional e internacional.
- d.** Financiamento do esforço estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- e.** Ampliação da capacidade local de geração e difusão de conhecimento, pesquisa e inovação.
- f.** Indução da cultura do empreendedorismo e da inovação; o papel da Lei Estadual de Inovação; o Parque Tecnológico Virtual do Paraná.
- g.** Aperfeiçoamento do marco legal da inovação do Estado do Paraná.
- h.** Estabelecer contrapartida das instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, em benefício de toda a sociedade. Para isso, o governo demandará pesquisas de interesse público às Universidades Estaduais.

9. Reforma do Estado

É imprescindível redimensionar a estrutura gestora do Estado, perseguindo algumas metas, a saber:

- a.** Reduzir as limitações da capacidade de gasto e investimento público, por meio de programas e iniciativas voltadas à redução estrutural de despesas e melhoria da eficiência arrecadatória.
- b.** Aperfeiçoar a máquina pública por meio do incremento em programas de tecnologia de informação, capacitação humana e enxugamento da estrutura burocrática – com foco nas atividades - fim que beneficiem a população, e tendo como objetivo a melhoria da eficiência administrativa.
- c.** Implantação de sistemas de controle mais eficientes, que permitam a redução de prazos e aumento da eficiência em todas as ações de responsabilidade da administração estadual.

10. Territórios

O Plano de Metas prevê o estabelecimento de uma política de desenvolvimento territorial sustentável, focado nas vocações regionais, e de atração de investimentos que induzam transformações estruturais na região. Este é um modelo testado em muitas nações do chamado primeiro mundo, com resultados há tempo comprovados. Sua base é a redução de custos, na medida em que evita o trânsito de matérias-primas de uma região para outra.

No Paraná, há exemplos já consolidados e com potencial de incremento a médio e longo prazos: polo de celulose na região de Ortigueira/Telêmaco Borba, polo industrial e portuário no Litoral (Pontal do Paraná), polo das cimenteiras na região do Vale do Ribeira, polo industrial diversificado de Ponta Grossa, polo automotivo na Região Metropolitana de Curitiba, polo turístico na capital e Foz do Iguaçu, polo das alcooleiras no norte/noroeste e polo têxtil na região de Cianorte. Além desses, há o novo Pro-Rural (com financiamento do BIRD), que, com atuação integrada, transformará a realidade do campo.

11.

Cultura, Lazer, Esporte e Turismo

Nenhuma sociedade pode autoproclamar-se evoluída se não preservar sua memória, sua história e sua cultura. Numa era em que o maior patrimônio é o tempo, no sentido de dispor de tempo livre para atividades lúdicas, tão importantes no mundo contemporâneo, a ausência dessas atividades é uma condenação ao atraso. O Plano de Metas do candidato Beto Richa contempla programas específicos para a cultura, o lazer, o esporte e o turismo.

Tais programas buscarão reforçar as raízes locais utilizando os mecanismos fiscais já existentes ou outros que possam ser criados. Serão montadas estruturas de recreação, lazer, esportes e de animação que possibilitarão o desenvolvimento de atividades permanentes (calendário) que induzam as atividades de turismo no Estado do Paraná, nas áreas acima descritas.

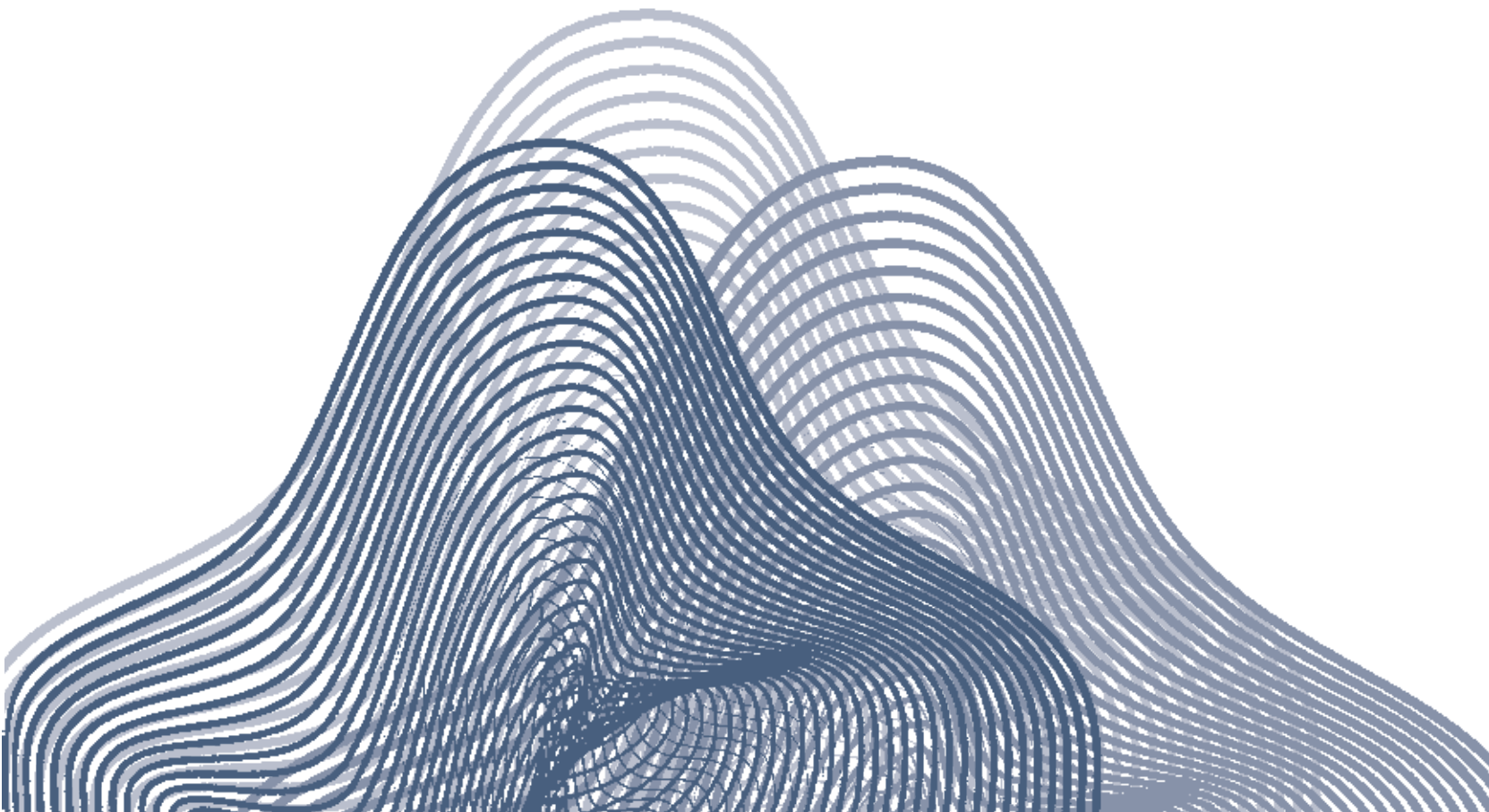
12.

Ação Social

Complementarmente – e enquanto houver demanda – a administração pública manterá programas, contemplados neste Programa de Metas, para atender a população mais carente. É papel do Estado promover ações que elevem o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, preconizado pelas Nações Unidas, nas áreas economicamente mais deprimidas ou em casos de desastres naturais.

Afinal, todo processo de desenvolvimento deve levar em conta as pessoas em primeiro lugar. E é para as pessoas mais carentes que o Estado menos deve falhar.

Este Plano de Metas será concluído ao longo da campanha, por meio de consultas públicas realizadas em audiências e/ou diretamente no site **www.betoricha.com.br**, em formulário próprio que será disponibilizado para este fim. De forma democrática e transparente, todas as contribuições baseadas nas diretrizes acima serão incorporadas a este documento e darão forma ao Plano de Metas, que se constituirá no documento base para a ação futura do governo do Paraná. Todos os paranaenses são convidados a contribuir para a construção de um projeto contemporâneo de desenvolvimento e sustentabilidade.





Plano
de Metas

2015
2018

Beto Richa